



Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Humanas - ICH  
Departamento de Serviço Social - SER

ISADORA RAMOS DOS SANTOS

**Quebrando o “armário” intelectual: Um estudo acerca da produção de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero entre 2000-2019 no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília**

**Brasília**

**2023**

**Isadora Ramos dos Santos**

**Quebrando o “armário” intelectual: Um estudo acerca da produção de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero entre 2000-2019 no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof. Hayeska Costa Barroso.

**Brasília**

**2023**

Dedico este aos meus avós e todos meus antepassados, em especial ao Dr. Cláudio Ramos (*in memoriam*) que foi um grande incentivador dos estudos. Por onde estiver, sei que está contente pela chegada do momento que tanto aguardou.

## AGRADECIMENTOS

Eu li uma vez em um texto de uma conhecida pesquisadora que este momento de agradecimentos deveria ser restrito apenas às pessoas que ajudaram diretamente na construção do trabalho. Desde então tenho pensado que na realidade, essa construção não é algo que aconteceu apenas nesses últimos meses, mas sim, durante toda a minha trajetória nesta graduação. Já com a minha mãe aprendi que, às vezes, é importante demonstrarmos um pouco que seja do afeto que temos pelas pessoas e suas contribuições em nossas vidas, afinal, carinho é bom e desenha a importância de algumas relações na construção da trajetória. Desta forma, busco aqui demonstrar minha gratidão e afeto a quem me acompanhou nessa caminhada, em especial:

À minha crença nos Orixás, em específico a Esù, por sempre se mostrar presente nos meus momentos. Agradeço também, pela permissão superior, que concede as suas presenças em minha vida.

Aos meus pais, Kélia e Roberto, ao meu amado irmão, Bernardo, e não menos importante, a Cláudia, minha madrinha, por formarem comigo a dita FA-MÍ-LIA. Sem vocês nada disso aqui seria possível. Agradeço por serem meu apoio, por todo puxão de orelha, por toda torcida, enfim, agradeço por tudo, todos vocês deixaram marcas na minha trajetória e na minha formação na vida, eu amo vocês. Obrigada!

À minha orientadora Hayeska, agradeço por toda paciência, confiança e parceria. Obrigada por não desistir das nossas cooperações em nenhum momento, e por acreditar no meu trabalho. A trajetória que iniciou com conversas informais definitivamente não se encerra aqui, sempre que precisar já sabe onde encontrar!

À Ana Luiza, meu presente recém-chegado. Obrigada por todo incentivo, apoio e companheirismo, você chegou no momento certo, me trazendo felicidade e clareza para ver a realidade. Agradeço pela vida ter entrelaçado nosso caminho de maneira tão leve e tranquila, permitindo assistir nossas realizações. Poderia falar muito mais, mas, em resumo: Amo você!

Ao Leonardo, meu amigo querido que tenho como grande referência. Obrigada por todos os momentos que tivemos, todas as trocas intelectuais e de vida, você teve grande influência na minha iniciação nessa vida acadêmica no Serviço Social e fico extremamente feliz por estar nesse fechamento de ciclo.

Ao João Vitor, meu amigo de longa data, estamos juntos na caminhada a muito tempo já, com certeza você tem papel fundamental neste ciclo aqui. Obrigada por todas as longas

conversas, conselhos, caminhadas, cervejas geladas apenas para marcar algo. Como sempre falamos, você é tudo amigo!

À Rayssa Raquel, por chegar na minha vida apresentando uma amizade verdadeira sem cobrança e cheia de afeto, trazendo consigo os “Amis” - Larissa, Paula, Maria Madalena, Emerson, Breno - vocês representam a amizade “adulta” que se mantém pelo afeto e compreensão, que sempre está ali para o que for, mesmo sem se falar por dias por conta da rotina corrida de todos. Amo vocês!

À Aline, Karen e Pedro Henrique, vocês representam vários momentos dessa graduação, e definitivamente, sem vocês ela seria incompleta. Obrigada por escolherem partilhar um pedaço da vida de vocês comigo. Amo vocês!

À Thalita, você teve papel fundamental nesse período da vida. Foi amiga, referência e parceria. Obrigada por tudo!

Ao Jhonatta, nossas trocas foram muito além do que um mero processo terapêutico. Obrigada pela parceria e amizade, você se faz presente em todo este trabalho!

Aos grupos e projetos que passei - GFAL, GEPEDSS, SEXUSS e FALAS-ICH - que deixaram vários significados enriquecedores na minha formação. Em especial a Profa. Ângela Vieira, que me deu a primeira oportunidade de adentrar no mundo da pesquisa.

Ao Hiury, agradeço por todos os momentos da supervisão de estágio, por tornar leve e natural algo que normalmente é duro. Coração, você é incrível, VOA!

À Profa. Camila Potyara, por lá no início de tudo reconhecer as minhas dificuldades com o curso e me incentivar a não desistir. Sempre lembrarei da mensagem recheada de afeto e incentivo que me motivou a não me render. Obrigada!

Ao CASESO, pela formação além da sala de aula. Participar organicamente tanto das gestões quanto frequentadora me possibilitou incontáveis experiências que vou levar para a vida. Obrigada!

À Banca, agradeço por aceitarem participar deste momento que encerra um ciclo. Obrigada por toparem avaliar e colaborar com a este trabalho. É tudo nosso!

Por fim, todas as festas, cervejas, bares, reuniões, debates, disputas de eleições, colegiados, amores, monitorias, pesquisas, extensões, dissabores, enfim, tudo que vivi nesses anos de curso. Obrigada aos que passaram por essa trajetória e deixaram marcas, algumas boas e outras “não tão boas”. Eu vivi tudo que a UnB me proporcionou e sou muito feliz com isso, obrigada por tudo!

*“Nós não somos nossos corpos, nós fazemos  
nossos corpos.”*  
*(Leticia Nascimento)*

*“ (...) não é a sexualidade que assombra a  
sociedade, mas antes a sociedade que assombra a  
sexualidade do corpo.”*  
*(Maurice Godelier)*

## RESUMO/ABSTRACT

O presente trabalho teve o intuito de analisar os caminhos da produção de conhecimento no curso de Serviço Social da Universidade de Brasília em relação à presença da diversidade sexual e de gênero entre os anos de 2000 a 2019. A partir disto, foi realizada pesquisa qualitativa-quantitativa, ramificada em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, sendo a segunda realizada por meio de consulta ao acervo físico do Departamento de Serviço Social da UnB e, também, por meio da Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade - BDM, a qual possibilita acessar a produção de conhecimento da Universidade a partir de 2006, contabilizando 894 trabalhos de conclusão de curso em Serviço Social apresentados dentro do recorte temporal. Os resultados apontam para apenas 2,1% de trabalhos que fazem menção a alguma temática LGBTQIA+. Entende-se que apesar de ganharem espaço no debate a cada dia, categorias como sexualidade, raça, etnia e gênero - fora do segmento binário cisgênero - ainda enfrentam dificuldades para alcançarem uma visibilidade significativa dentro do quadro de conhecimentos teóricos produzidos no Serviço Social. A importância social destes estudos é, para além de disseminar a presença de diversidades, uma tentativa de visibilizar e ampliar os conteúdos acerca das temáticas.

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual e de Gênero; LGBTQIA+; Produção de Conhecimento; Serviço Social; TCC;

## Lista de Abreviaturas e Siglas

<b>ABEPSS</b>	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
<b>ABESS</b>	Associação Brasileira de Escolas em Serviço Social
<b>ANTRA</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>BSH</b>	Programa Brasil sem Homofobia
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CEP/CEPSS</b>	Código de Ética Profissional do Serviço Social
<b>CFESS</b>	Conselho Federal de Serviço Social
<b>CRESS</b>	Conselho Regional de Serviço Social
<b>GGB</b>	Grupo Gay da Bahia
<b>GLBTT</b>	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
<b>GLS</b>	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
<b>LGBTQIA+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais, Assexuais e outros
<b>PEP</b>	Projeto Ético Político do Serviço Social
<b>PPGPS</b>	Programa de Pós-Graduação em Política Social
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>SER/UnB</b>	Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UFMT</b>	Universidade Federal do Mato Grosso
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília



## **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1:</b> Conquistas civilizatórias estabelecidas para abarcar a população LGBTQIA+	<b>27</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

## **Lista de Gráficos**

<b>Gráfico 1:</b> Concentração Temática dos Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados entre 2000-2019.	<b>43</b>
<b>Gráfico 2:</b> Quantidade, por ano, de TCCs sobre diversidade apresentados entre 2000-2019.	<b>43</b>
<b>Gráfico 3:</b> Área de Concentração Temática Geral dos TCCs sobre diversidade sexual e de gênero entre 2000-2019	<b>44</b>
<b>Gráfico 4:</b> Área de Concentração Temática LGBTQIA+ dos TCCs sobre diversidade sexual e de gênero entre 2000-2019	<b>45</b>

# SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b> .....	<b>11</b>
1.1 Metodologia.....	<b>15</b>
<b>2 Diversidade Sexual e Diversidade de Gênero: problematizando as identidades sociais</b> .....	<b>17</b>
2.1 Identidades sociais.....	<b>18</b>
2.2 O que são as diversidades? Qual sua importância na sociabilidade humana? .....	<b>19</b>
2.3 A relação entre diversidade sexual e de gênero e seus efeitos no CISTema heteropatriarcal .....	<b>20</b>
2.3.1 Transfeminismo .....	<b>22</b>
2.4 O contexto LGBTQIA+ no Brasil entre a década de 1970/1980 e a contemporaneidade .....	<b>23</b>
2.4.1 Movimentações no Brasil a partir da década de 1970 até os dias atuais .....	<b>25</b>
<b>3 O Serviço Social e a produção de conhecimento: pesquisa e formação profissional</b> .....	<b>31</b>
3.1. As dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social e sua relação com pesquisa e produção de conhecimento .....	<b>31</b>
3.2 Relação entre o Serviço Social e identidades/marcadores sociais .....	<b>34</b>
3.3 A presença da diversidade sexual e de gênero na produção teórica do Serviço Social .....	<b>36</b>
<b>4 A diversidade sexual e de gênero nos trabalhos de conclusão de curso de Serviço Social da UnB</b> .....	<b>40</b>
4.1 O curso de Serviço Social da UnB e a relação do Departamento de Serviço Social com pesquisa e produção .....	<b>40</b>
4.2 A presença (ou não) da diversidade sexual e de gênero nos TCCs .....	<b>41</b>
4.3. As tendências teórico-metodológicas e sócio históricas acerca da produção de conhecimento relacionada à diversidade sexual e de gênero .....	<b>45</b>
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>49</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>51</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>55</b>

## 1. Introdução

O conteúdo deste trabalho é fruto do incômodo em relação à produção de conhecimento sobre a diversidade sexual e de gênero na formação profissional em Serviço Social na Universidade de Brasília. Este desagrado tem sido gerado por todo o decorrer da graduação e, devidamente aprofundado, durante o desenvolvimento da pesquisa de Iniciação Científica sobre a produção de conhecimento e formação profissional em Serviço Social que antecedeu esta<sup>1</sup>, em que o contato com a produção digital dos trabalhos de conclusão de curso disponíveis levou a questionar sobre onde está e como se dá a relação entre a produção de conhecimento e estas temáticas específicas na formação profissional.

A diversidade sexual e de gênero carrega em seu cerne diferentes pensamentos, disputas e definições. Falar sobre diversidade sexual e de gênero, em termos diretos, implica abordar as variadas orientações sexuais e a existência de outros gêneros<sup>2</sup>. Ambas as concepções estão agrupadas na formação da sigla LGBTQIA+, a qual se caracteriza como um gigantesco guarda-chuva que vive sob constante adequação. Inicialmente, constituiu-se como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), sendo modificada em 2008 para LGBT, em uma tentativa de visibilizar as várias formas de orientações sexuais, afetivas e compreensões de gêneros que não estavam integradas anteriormente, e mudar indiretamente o foco prioritário e sexista destinado para o conjunto G. Rotineiramente, acontecem adições de letras, como tentativa de acolhimento e inclusão da diversidade com que os gêneros e as sexualidades se expressam.

No Serviço Social, a partir da década de 1990, após o período de reconceituação e ruptura com a lógica - e conjuntura - conservadora, as entidades representativas e organizativas do Serviço Social construíram, após uma série de debates coletivos envolvendo toda a comunidade acadêmica e profissional, os dois principais direcionamentos para a formação e atuação da categoria: a ABEPSS<sup>3</sup> construiu a Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, comprometida com a construção de uma formação qualificada nas dimensões

---

<sup>1</sup> A pesquisa citada trata-se do projeto desenvolvido e orientado pela Prof.Dra.Hayeska Costa Barroso, denominado: “Produção de conhecimento e formação profissional em Serviço Social na Universidade de Brasília: uma análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso entre os anos de 2006-2016”, vinculada ao Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília. O Objetivo Geral foi entender e mapear as principais tendências da produção de conhecimento dentro do curso de Serviço Social da UnB no período em questão.

<sup>2</sup> Para além da concepção binária, muito impregnada nas concepções de corpos e biologismos.

<sup>3</sup> Entre 1946 e 1996, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS era denominada como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social - ABESS, sendo alterada apenas no ano de 1996, como tentativa de enquadrar a “defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior” (História. ABEPSS. 2021.)

teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, por sua vez, a partir do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, posiciona-se explicitamente de maneira contrária às violações de direitos e julgamentos morais. Teixeira e Braz (2009, p. 8) afirmam que “não cabem no projeto ético-político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem”. O Projeto Ético - Político do Serviço Social (PEP) é baseado nos projetos societários ativos no quadro da sociedade, traçando os projetos políticos e profissionais em contrariedade de práticas conservadoras e/ou discriminatórias violadoras de direitos e integridade humana.

A produção de conhecimento é, dentro do quadro formativo do Serviço Social, sustentada nos pilares citados, e possibilita um vasto arcabouço de reflexões sobre os fundamentos, a instrumentalidade, e também, os limites e as possibilidades do Serviço Social em relação à sua realidade profissional. Segundo Teixeira (2009), a produção de conhecimento é a sintetização das práticas da profissão em processos reflexivos, especulativos e prospectivos da investigação profissional. Assim, a construção do conhecimento dentro do Serviço Social é, no geral, a articulação entre teoria e prática, sustentada pela realidade enfrentada pela prática profissional (SILVA, 2007, p. 289). Aqui, portanto, questionamo-nos sobre o papel da pesquisa sobre a temática da diversidade sexual e de gênero dentro da graduação em Serviço Social na UnB.

O curso de Serviço Social consiste em formação em bacharelado, tem oferta diurna e noturna, com tempo médio de 4 a 4 anos e meio de duração. É vinculado ao Departamento de Serviço Social da UnB – SER/UnB, o qual é formado pelo quadro docente de 32 professores efetivos, sendo 29 doutores e 3 mestres, 2 professores visitantes e 1 professor/a em exercício provisório. A pós-graduação relacionada ao SER/UnB é o Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS<sup>4</sup>, composto por 14 professores efetivos do referido Departamento. De acordo com o Projeto Político Pedagógico, o curso conta com disciplinas obrigatórias e optativas<sup>5</sup> de pesquisa para exercer a garantia do “desenvolvimento da atitude investigativa e do desenvolvimento de pesquisa” (SER/UnB, 2011a, p.22) na formação profissional, e com 13

---

<sup>4</sup> O PPGPS foi iniciado com a implementação do mestrado acadêmico em 1990, e posteriormente fortalecido com a criação do doutorado em 2002. Avaliada com conceito 6 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mostra-se com notável reconhecimento nacional e internacional.

<sup>5</sup> As disciplinas obrigatórias são: Pesquisa Social 1 e 2, Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso – PTCC e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC; e as optativas são as de Prática de Pesquisa 1,2,3 e 4, que visam a inserção do estudante em projetos de pesquisa, núcleos e grupos de estudo.

grupos de pesquisa<sup>6</sup> certificados pelo Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, reafirmando o compromisso do curso com princípios estabelecidos nas Diretrizes Curriculares de 1996.

O curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília reafirma cotidianamente seu compromisso com as Diretrizes Curriculares por meio do Projeto Político Pedagógico do curso, revisado e reformulado<sup>7</sup> entre 2007 e 2009, em uma tentativa de incorporar os diferentes contextos profissionais e as reivindicações por aproximações temáticas. Assim, a presente pesquisa permeia a busca por empreender uma análise sobre os caminhos da produção acadêmica de conhecimento no curso de Serviço Social da UnB, tendo como objetivo geral compreender quais são, e como se dão, as tendências da produção de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero no serviço social da UnB, entre os anos de 2000 e 2019. De maneira a estabelecer a importância dessas pesquisas para a formação profissional, a partir da: **1) relação do conteúdo de diversidade sexual e de gênero com a conjuntura sociohistórica em que foi produzido; 2) identificação das tendências e principais influências teórico-metodológicas durante a construção bibliográfica dos trabalhos; e por fim, 3) a compreensão sobre a utilização dos direcionamentos das entidades sobre a temática, a partir de seus conteúdos publicados.**

O contexto capitalista corrobora com toda a opressão destinada às chamadas socialmente como "minorias sociais", adaptando e estabelecendo as expressões da questão social a estes grupos, tornando aqui a porta de entrada para a atividade do Serviço Social, enquanto profissão comprometida com a garantia e defesa de direitos. O CFESS, entidade responsável por alinhar o exercício profissional na busca pelo projeto societário democrático e equânime, desde a ruptura com a predominância de ideais conservadores, tem buscado acompanhar os processos sociais de lutas e movimentos - seja por gênero, raça, etnia, sexualidade, deficiência, geracional, etc.- somando as pautas levantadas na defesa de direitos à prática profissional de assistentes sociais com publicações de manifestos, resoluções, normativas, campanhas, eventos e outros mecanismos de disseminação e fortalecimento do

---

<sup>6</sup> Informação disponível em:

[http://www.politicasocial.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=653](http://www.politicasocial.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=653)

Acesso em: 13 fev. 2021.

<sup>7</sup> Entre os anos de 2007-2009, o Projeto Político Pedagógico do Serviço Social passou pelo processo de revisão curricular, de maneira a atender integralmente as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os novos debates da conjuntura societária, adequando temáticas obrigatórias, criando assim novas disciplinas e estabelecendo a abertura do turno noturno no curso.

debate sobre diversidades humanas, rejeitando qualquer forma de discriminação e preconceito por qualquer que seja a finalidade.

Em 2016, em meio ao cenário de (re)fortalecimento dos ideários ultraconservadores, a publicação dos sete cadernos da **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito**<sup>8</sup> aconteceu como uma tentativa de reforçar aos profissionais que o preconceito está presente em diversas práticas de discriminação sobre formas de vida, necessitando conhecer e fundamentar-se para a efetivação da prática liberta de discriminações e intolerâncias (CFESS, p 7, 2016). Já as campanhas “**O amor fala todas as línguas**”, em 2006, e, “**Nem rótulos, nem preconceito, quero respeito**”, em 2014, foram fundamentais para reafirmação do compromisso ético profissional com a defesa de direitos sem distinção de orientação e/ou expressão sexual, e também, a presença da diversidade na sociedade.

Apesar de ganharem espaço no debate a cada dia, categorias como sexualidade, raça, etnia e gênero, fora do segmento binário cisgênero, ainda enfrentam dificuldades para alcançarem uma visibilidade significativa dentro do quadro de conhecimentos teóricos produzidos no Serviço Social. Tomando por base a realidade na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, durante a pesquisa de iniciação científica sobre a produção de conhecimento do Departamento de Serviço Social (SER/UnB), foi possível identificar que, dentre os 475 trabalhos de conclusão de curso apresentados entre os anos de 2006 e 2016, apenas 12,5% correspondia a marcadores sociais<sup>9</sup>, dentre esse número, 1,3% corresponde a trabalhos relacionados à temática LGBTQIA+. De acordo com os dados fornecidos pelos Anuários Estatísticos da UnB, entre 2006 e 2019, 1930 alunos ingressaram no curso de Serviço Social. Diante destas informações, surgiram os questionamentos sobre o porquê da temática LGBTQIA+ corresponder apenas 1,3% dos trabalhos defendidos até 2016 - e se nos três anos seguintes houve alguma diferença significativa.

Enquanto pessoa LGBTQIA+, atravessada nos âmbitos sexual e de gênero divergentes da cisheteronormatividade, bem como na condição de estudante de Serviço Social, com

---

<sup>8</sup> A **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito** é uma iniciativa da gestão que ocupou o triênio 2014/2017 do CFESS. Os textos são provocativos a reflexão de maneira a contribuir com o enfrentamento ao preconceito, e, tiveram como objetivo “orientar e estimular os/as assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional – algumas ocasionais e outras afirmadas em aspectos sociais e culturais que afetam os sujeitos envolvidos.” (CFESS, 2016). São sete cadernos, sendo separados, respectivamente, em: **preconceito; estigma do uso de drogas; racismo; transfobia; xenofobia; machismo;** e por fim (mas não menos importante), **discriminação contra a pessoa com deficiência.**

<sup>9</sup> Os dados de marcadores sociais foram derivados do uso de palavras-chave correlatas à temática, ao todo corresponderam a **12,5%** dos trabalhos produzidos, sendo estes: **deficiências - 3,1%; gênero - 6,7%; raça/etnia - 1,4%; LGBTQ+ - 1,3%**. Vale ressaltar que a categoria **gênero** foi considerada para os estudos de gênero feministas, vinculados às atribuições cis.

inserção nos espaços de estudos e debates, torna-se inevitável o incômodo com a parca produção de conhecimento sobre a temática dentro da graduação na UnB. A importância social destes estudos é, para além de disseminar a presença de diversidades, uma tentativa de visibilizar e ampliar os conteúdos acerca das temáticas. É necessário que tenhamos, dentro do arcabouço teórico do serviço social, mais conhecimento produzido sobre diversidades e marcadores sociais, para que seja possível traçar as possibilidades de atuações profissionais, afinal, materiais de campanhas, resoluções, entidades e, poucas matérias optativas durante a graduação, não bastam para a efetivação de um quadro profissional livre de preconceitos e devidamente comprometido com a defesa da integridade humana do usuário.

## **1.1 Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa-quantitativa, ramificada em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, sendo a pesquisa bibliográfica dada em dois segmentos: o levantamento e revisão bibliográfica, fundamentais para a construção da análise crítica, e pela busca de padrões principais nas referências bibliográficas utilizadas nos trabalhos de conclusão de curso que serão analisados.

A pesquisa documental deu-se por meio da Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade - BDM<sup>10</sup>, onde é possível ter acesso aos arquivos e informações técnicas da produção de conhecimento na universidade a partir do ano de 2006 - quando a UnB começou a disponibilizar os TCCs de modo online na base de dados - e por consulta aos trabalhos arquivados no Departamento de Serviço Social - SER/UnB. O recorte temporal datado entre 2000-2019 leva em consideração o contexto de “virada do milênio”, como uma busca pela produção acerca de diversidades nos últimos 19 anos do serviço social na UnB, de maneira a traçar conjuntamente os avanços e direitos conquistados no mesmo período de tempo.

No banco de dados da BDM, é possível encontrar o arquivo com o trabalho de conclusão de curso e suas principais informações, tais como: autor, coorientador, título, assunto, data de apresentação e data de publicação, resumo, etc. Já no SER/UnB, há cópias de trabalhos de conclusão apresentados até chegar a obrigatoriedade da disponibilização dos trabalhos por meio digital. Dessa forma, a análise dos resultados pautou-se na análise dos conteúdos a partir da: categorização, inferência, descrição e interpretação. Segmentos os quais Gomes (2009), estabelece em: “a) decompor o material a ser analisado em partes; b) distribuir as partes em

---

<sup>10</sup> Disponível em: [https://bdm.unb.br/handle/10483/66?subject\\_page=3](https://bdm.unb.br/handle/10483/66?subject_page=3)

categorias; c) fazer uma descrição do resultado da categorização; d) fazer inferências dos resultados; e) interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica adotada.”

A análise de dados referentes aos TCCs requereu organização anual, alinhada cronologicamente para possibilitar a chegada de números publicados por ano, visibilizando as conjunturas política e social e a associação com avanços e/ou retrocessos em direitos sexuais e de gênero no ano decorrente. Sendo então criadas planilhas organizativas, por classificação anual, partindo a tabulação com os seguintes indicadores: ano de publicação, palavras-chave, área temática (entre diversidade sexual e/ou gênero), referências bibliográficas.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, denominado **Diversidade Sexual e Diversidade de Gênero: problematizando as identidades sociais** trata sobre gênero, sexualidade e contexto sócio histórico brasileiro, definindo o que são essas identidades e suas variações frente os efeitos da relação com o CISTema<sup>11</sup>. O segundo capítulo, **O Serviço Social e a produção de conhecimento: pesquisa e formação profissional**, é direcionado as dimensões do serviço social, em principal as dimensões investigativa e interventiva, como forma de aprofundar o papel da produção de conhecimento na construção profissional, conjuntamente, há também direcionamento para a aproximação do serviço social com marcadores sociais, mais especificamente, sexualidade e gênero, para além dos estudos de mulheridades. Já o terceiro capítulo é a apresentação da pesquisa executada, **A diversidade sexual e de gênero nos trabalhos de conclusão de curso de Serviço Social da UnB** apresenta as motivações, caminhos, resultados alcançados, como forma de responder os objetivos.

---

<sup>11</sup> O uso do termo “CISTema” faz referência a junção da lógica cisgênera na sociedade capitalista.



## 2. Diversidade Sexual e Diversidade de Gênero: problematizando as identidades sociais

A diversidade sexual e a diversidade de gênero são categorias sociais interligadas em seus contextos, ambas possibilitam transições de identidades e perspectivas de vivências para seres sociais. Diferenciando-as em enquadramentos onde cada qual atende uma especificidade: a **diversidade sexual** caracteriza-se como a variedade de interesses/desejos sexuais que vão para além da heterossexualidade, enquanto a **diversidade de gênero** conceitua as incontáveis possibilidades de identidades, as quais podem (ou não) fugir do segmento binário e cisgênero. Apesar dessa diferença teórica, Louro (2000, p.21) afirma que a identidade sexual e a identidade de gênero são categorias sociais imbricadas, ou seja, uma afeta a outra.

O biologicismo juntamente com a moralidade eurocristã (GONZALEZ, 1988, p.71) e cisheteropatriarcal fundamentam os ideários discriminatórios há séculos, assimilando o conceito de “naturalidade” com a estrutura da família heterocentrada (IRINEU, 2014a, p.211) composta por um homem e uma mulher cisgêneros, "monogâmicos" e heterossexuais, criando assim, as hierarquias de gênero e sexualidades, as quais interferem no livre exercício - e vivência - dos prazeres, desejos sexuais e das experimentações relacionadas aos gêneros.

As chamadas “hierarquias de gênero” estão associadas às relações de poder instauradas na concepção social moderna, a qual estipula o controle sobre os corpos, de maneira a delimitar atos a serem julgados como o que é certo/natural e errado/anormal a partir da idealização de universalidade estabelecida de acordo com o modelo biocorporal, que abarca gênero (macho/fêmea) e sexualidade (heterossexual). Obviamente, o controle estabelecido não era apenas social, a régua moral sobre os “papéis” estipulados para homens e mulheres perante a sexualidade tinha forte vinculação religiosa e médica, as quais delimitavam o corpo biológico como imutável e a sexualidade - vida sexual - potencialmente pecadora, impura. Weeks afirma:

“Ao redor do ano 1.110, um padrão cultural ocidental diferente começa a aparecer. O casamento era tardio e monogâmico. As relações sexuais fora do casamento eram proibidas, mas permitidas sob a forma da prostituição regulada. Porém, todas as formas de atividade sexual que não fossem procriativas eram olhadas como pecaminosas, fossem elas solitárias, entre homens e mulheres, homens e homens, homens e animais (as relações entre mulheres, embora algumas vezes observadas, não atingia a mesma ignomínia).” (WEEKS, 1993. In. LOURO, 2000, p.47)

Desse modo, é perceptível o papel da sexualidade na sociabilidade. As ideias convencionadas a partir da construção de homem versus mulher seguiam estudos anatômicos primários, que acreditavam na hierarquia entre os corpos, sendo o corpo “feminino” inferior ao

corpo “masculino”<sup>12</sup> e meramente reprodutivo, excluindo toda possibilidade de existência sexual por prazer sem intuito reprodutor.

Em concordância com Butler, Nascimento traz que “nós não somos nossos corpos, nós fazemos corpos” (2021, p.124), com isso, a perspectiva de naturalidade inata ao corpo anatômico cai por terra e fortalece as teorias de que sexo e gênero são invenções sociais, sem exclusividade de naturalidade, sendo então processos culturais determinantes para a construção do que é entendido enquanto gênero e sexualidade. (LOURO, 2000, p.6)

### **2.1. Identidades sociais**

As identidades sociais são parte integrante da formação de cada sujeito inserido na conjuntura cultural, social e política definidas pelas relações sociais moldadas nas redes de poder. (LOURO, 2000) São definidas na esfera da cultura e da história, sendo essas identidades sexuais, de gênero, de raça, etnia, nacionalidade, classe, etc. as identidades são transitórias e moldais, a aproximação com uma não impede a relação com outras. Louro traz que:

“É, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc.). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos[...] a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. [...] Somos sujeitos de identidades transitórias e contingentes. Portanto, as identidades sexuais e de gênero têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural. (LOURO, 2000, p.6.)”

Incontáveis teorias foram elaboradas durante os séculos de estudos sobre as diversas identidades sociais, algumas dessas equilibradas no pilar de concepções etnocêntricas, onde a "não-correspondência" com o sujeito universal “autorizava” a dominação e subjugação desses corpos, partindo daí as convicções de que o mais correto seria inferiorizar o diferente, podendo escravizar, violentar e segregar. No âmbito da sexualidade e do gênero, as principais táticas de dominação são a repressão e a segregação da sociedade - sejam essas violentas ou veladas - de maneira fundamentada em concepções morais, religiosas e hierárquicas. Essas identidades sociais, em específico, ressaltam aos olhos pois expõe o fato de que questões anatômicas não definem de nenhuma maneira qual a concepção de gênero a pessoa se adequa e/ou por qual corpo sente atração/desejo, negando a ideia universal cisheteronormativa.

---

<sup>12</sup> Afirmo aqui, não concordar com o uso dos termos “masculino” e “feminino” para denominação de corpos. Na atual conjuntura, acredito que o uso de “pessoas com útero/vagina” e/ou “pessoas com testículo/pênis” abarca melhor toda a gama de gêneros e corpos existentes para além da ideia binária. Porém, para que possamos nos referir ao período histórico que está sendo retratado no trecho, o uso dos termos se mostra inevitável, em razão dos estudos elaborados à época, aos quais defendiam a existência de dois gêneros diretamente ligados ao órgão genital visível no corpo.

De acordo com Swain as figuras do “homem, mulher e criança são representações sociais que criam o verdadeiro e o “natural” na ordem do discurso, onde a família é o eixo em torno do qual giram as pesadas engrenagens das relações sociais” (2001, p.88 ), diante disso, a autora afirma que essa instituição de papéis e significações instauram a necessidade da interpretação do que é natural e do que é contra a natureza, estabelecendo assim, os estereótipos de gênero e sexualidade, aos quais demarcam o seu papel na sociedade.

Identidades sociais são indissociáveis dos sujeitos, visto que todo ser social possui vontades, desejos e auto identificações, sejam adquiridos ou intrínsecos. Diante essa proposição de “natureza universal” surge o que chamamos de “**diversidade**”, para enquadrar o que não encaixa no que Nascimento chama de relações de produção de hierarquias sociais, alicerce do CISTema colonial de gênero (2021), o qual precisa ser debatido e rebatido para que retire o véu da universalidade.

## **2.2. O que são as diversidades? Qual sua importância na sociabilidade humana?**

Como já dito, as “diversidades” abarcam várias atmosferas, algumas dessas de: gênero, raça, etnia, sexualidades, deficiências, etc. Os eixos sobre gênero e sexualidade apresentam congruências em suas concepções que as tornam indissociáveis, assim, não é absurdo dizer que todo ser possui um gênero e uma sexualidade, sejam esses autodeterminados ou pré-estabelecidos. O problema de se pensar em diversidade como categoria social é a inevitável reafirmação da naturalidade universal pautada por determinismo biológico e moral, onde o que foge do “padrão” é considerado diverso, porém, ao pensar que há tantos locais para proliferação diversa, onde de fato estaria essa natureza universal?

Nascimento afirma que “a soberania incontestável do homem branco, cristão, heterossexual, burguês, sem deficiências e magro só se fez possível por meio da colonização de outras identidades” (2021, p.94) como mais um mecanismo para controlar corpos hierarquizados. Desta forma:

“São as relações de poder que vão determinar uma verdade sobre um corpo sexuado, fixando a diferenciação sexual binária como uma condição anterior à fabricação do gênero. Deflagrar esses modos de produção nos leva à compreensão de que o sexo também é discursivo, cultural e histórico, assim como o gênero, e principalmente que o gênero é o próprio dispositivo de produção do sexo. O sexo não é anatômico, hormonal, cromossômico, pois essa suposta natureza é discursivamente construída pela cientificidade médica. Os modos como as funções reprodutivas são desenvolvidas são eminentemente culturais, e seu uso como justificativa para o binarismo congruente entre sexo/gênero também é político.” (NASCIMENTO, 2021, p. 95)

Tal como Nascimento, Louro também afirma que sexualidade é uma expressão da questão social e política, para além de pessoal, a qual é construída ao longo de toda a vida, por muitos modos e todos os sujeitos (2000, p.5). Esse pensamento não se restringe apenas a identidades sexuais, engloba também as identidades de gênero, ambas que a autora afirma serem moldadas pelas redes de poder da sociedade inserida carregando consigo as marcas de determinada cultura.

Assim, podemos defender que diversidade é estruturada pelas expressões de repulsa ao considerado normal, é uma tentativa de rejeitar e se diferenciar do que é enquadrado como padrão. A existência do considerado diverso é a reafirmação de que a sociabilidade humana não é única, pois, ela atinge cada ser de uma maneira diferente, rejeitando a normatividade heterocisgenera e permitindo a expansão das características sociais.

### **2.3. A relação entre diversidade sexual e de gênero e seus efeitos no CISTema heteropatriarcal**

A construção da heterossexualidade como universal e normal, inerente ao ser humano, acontece como manutenção das estruturas de poder perpetuadas, estabelecendo as relações de superioridade-inferioridade responsáveis por estigmatizar os “opositores” da norma como desviantes e marginalizando-os, restando para os “desviados” a escolha entre o silêncio, dissimulação ou segregação. (LOURO, 2000, p.9) A rejeição da homossexualidade resulta no estabelecimento da homofobia, caracterizada pela aversão, repúdio, e por vezes mais comuns do que deveria, violências de diversas formas. Apesar dessa ilusão disseminada como natural, a heterossexualidade também é uma sexualidade, logo, também é construída, tal como os gêneros “masculinos e femininos”, esses arranjos sociais são, o que Louro chama de transitórios, passíveis de transformação. (1997, p.27)

[...] na medida em que várias identidades - gays, lésbicas, queers, bissexuais, transexuais, travestis - emergem publicamente, elas também acabam por evidenciar, de forma muito concreta, a instabilidade e a fluidez das identidades sexuais. E isso é percebido como muito desestabilizador e “perigoso”. (LOURO, 2000, p.21)

Scott afirma que as ideias opositivas da binaridade e o processo social das relações de gênero são parte do próprio significado de poder (1995, p.92), o qual ancora as definições de discriminações presentes na sociedade. Com a presença da “binaridade” na estrutura fundante da “moral e bons costumes”, podemos interpretar que as leituras em cima de situações, corpos e subjetividades humanas devem acontecer de maneira dicotômica, ou seja, macho/fêmea, bom/mau, heterossexual/homossexual e/ou natural/perversão, etc. Essa dualidade é

estabelecida no intuito de castrar qualquer ideário desviante do considerado - por eles mesmos - natural. Swain traz que a ordem hegemônica dos valores se rearticula na afirmação da atração “natural” entre dois opostos (2001, p.93), sendo estes, opostos por definições anatômicas binárias, fundamentando a heterossexualidade:

“[...] a heterossexualidade se funda na ordem do político, na fundamentação do poder. Com efeito, no sistema classificatório que marca as práticas e as identidades sexuais, existe uma imensa confusão entre zonas erógenas, órgãos de reprodução e determinação sexual.”

A partir dessa fundamentação, é perceptível a dimensão que a categoria Poder possui ao estabelecer papéis e funções sociais. As autoras Cisne e Santos afirmam que a família monogâmica é estabelecida a partir da lógica privada e individualista, mediada por artifícios violentos e de subserviência (2018, p.57), os quais delimitam a mulher como cuidadora da casa e filhos e o homem o provedor:

“Para perpetuar essa divisão desigual de tarefas e poder entre homens e mulheres, garantindo a propriedade privada e sua perpetuação de uma geração à outra, por meio da herança, a família passou a demandar o modelo monogâmico e heterossexual, que coroam a construção de um modelo de família com base no patriarcado.” (Cisne e Santos, 2018, p. 58)

A instituição “Família Monogâmica” é um dos significados de poder, a instalação hierárquica de gêneros e seus papéis torna a desenhar como é cada importância, estando o homem branco (e de preferência europeu) no topo de todas as relações, o que o leva a se dar autorização para perpetuar as diferenças e dominar outros povos e culturas. Cisne e Santos afirmam que “esse modelo de sistema familiar monogâmico é absolutamente funcional para oferecer à classe dominante "a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras" (2018, p.59). Não coincidentemente, essa expansão hierárquica torna-se latente com a mingua do sistema feudal mediante a emancipação comercial que estrutura o capitalismo como novo sistema social. Akotirene afirma que capitalismo, racismo e cisheteropatriarcado<sup>13</sup> são mecanismos inseparáveis (2020, p.51), os quais permeiam os aparatos de dominação e acumulação.

A esfera da sexualidade e do gênero não se esquia dessa série de dispositivos ideários e errôneos. Dentro do eixo sexualidade, existem incontáveis métodos de expressar/sentir desejo

---

<sup>13</sup> Cisheteropatriarcado é o termo utilizado para a junção da cisgeneridade, heterossexualidade e patriarcado. Sobre o termo, a autora interseccionalista Carla Akotirene define: “O patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõe papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente, pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas.” (2020, p.119)

e prazer corporal, entretanto, para as práticas de poder continuarem a ser perpetuadas faz-se necessário a manutenção da heterossexualidade. A sexualidade é “atravessada por esquemas classificatórios baseados na oposição e na hierarquização entre os gêneros masculino e feminino” (LONGARAY, RIBEIRO, 2010, p.2) criando assim as expectativas de “comportamento correto/natural” para homens e mulheres na sociedade. O gênero, por ser a forma primária que dá significação para as relações de poder, constitui parte das relações sociais baseadas nas diferenças - aparentes - entre os sexos fazendo parte da organização da igualdade e desigualdade (SCOTT, 1995, p. 86 e p.91). Por estabelecer suas “caixinhas” de categorização, o gênero corrobora, mesmo que indiretamente, com a definição da hierarquia binária, cabendo ao conceito “ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1995, p.93)

### 2.3.1 *Transfeminismo*

O Transfeminismo ascende como resposta a essa necessidade de “redefinição” do CISTema de gênero estabelecido, o que Nascimento chama de possibilidade de repensar as relações de sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo superando assim as universalidades e essencialismos limitantes à liberdade de performance de gênero (2021, p.22).

“O transfeminismo surge como uma linha de pensamento e movimento feminista em construção. Koyama (2001) o definiu, simplesmente, como um movimento feito por e para mulheres transexuais, porém se busca uma definição além, que o compreenda “tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos” ’ (JESUS & HAILEY, 2010, p. 14 apud. JESUS, 2013, p.4) .

Apesar do feminismo ter proporcionado incontáveis contribuições para discussões de gênero, sexualidade, pautas LGBTQIA+, etc, os discursos bioessentialistas continuaram fazendo parte de uma parte do movimento, universalizando<sup>14</sup> as demandas em um entendimento onde contemplaria todas as mulheres, direcionando em principal mulheres cis, heterossexuais, brancas, classe média, magras, sem deficiências, o que Nascimento chama de “mulher original do feminismo” (2021, p.26), estabelecendo a necessidade de alternativas que abarquem as

---

<sup>14</sup> “O deslocamento para o conceito de gênero é importante para a história do feminismo, pois muitas feministas, em primeiro lugar, deixam de operar com a ideia universal e abstrata de mulher no singular. Além disso, também abandonam a ideia de que todas as mulheres são oprimidas de forma homogênea e universal e passam a entender como esses processos de opressão acontecem a partir de inúmeros marcadores e/ou condicionantes sociais e culturais. Não significa dizer que o machismo, o patriarcado e o sexismo não inflijam danos em “todas as mulheres”, mas é bastante pertinente compreender que essas relações de opressão são diversificadas. Por isso, insisto, a ideia de universalismo no feminismo é rasa e contribui para a inviabilização de algumas sujeitas, já que um entendimento universal não oferece condições concretas de análise crítica da realidade social vivida pelas mulheres.” (NASCIMENTO, 2021, p.34)

lacunas deixadas pelo feminismo, abrindo o caminho para estudos relacionados ao **transfeminismo** e a **interseccionalidade**, sendo esta princípio fundamental para a existência da outra pois “a interseccionalidade constitui uma categoria fundamental pra se entender as experiências femininas de modo ainda mais plural, em que formas de opressões se interceptam.” (NASCIMENTO, 2021, p.35)

Não obstante, o transfeminismo não se distancia do feminismo, na realidade trata-se de uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, de maneira a complementar os ideários da vertente do feminismo da diferença<sup>15</sup>. Ainda que por ser uma linha de pensamento criada - e destinada - a pauta de mulheres trans, nada impede o transfeminismo de ser utilizado para abranger outros públicos, tais como pessoas não binárias, queers, sexualidades não-monossexuais<sup>16</sup>, etc. proporciona “diálogo de corpos dissidentes da cis-heteronormatividade” (NASCIMENTO, 2021, p.42), afinal, como pontua Aline de Freitas:

“Nosso papel histórico deve ser construído por nós mesmxs. O transfeminismo é a exigência ao direito universal pela auto-determinação, pela auto-definição, pela auto-identidade, pela livre orientação sexual e pela livre expressão de gênero. Não precisamos de autorizações ou concessões para sermos mulheres ou homens. Não precisamos de aprovações em assembleias para sermos feministas. O transfeminismo é a auto-expressão de homens e mulheres trans e cissexuais. O transfeminismo é a auto-expressão das pessoas andrógenas em seu legítimo direito de não serem nem homens nem mulheres. Propõe o fim da mutilação genital das pessoas intersexuais e luta pela autonomia corporal de todos os seres humanos. O transfeminismo é para todxs que acreditam e lutam por uma sociedade onde caibam todos os gêneros e todos os sexos” (FREITAS, 2005, p. 1 apud. JESUS, 2013, p.4).

Desta forma, é possível afirmar o transfeminismo como forte ferramenta de combate aos efeitos do cisheteropatriarcado, de maneira a reconhecer e defender a liberdade de gênero, sexual e política como mecanismos de quebra hierárquica e sexista de corpos. É a partir de seu fortalecimento que será possível disputar espaço dentro do eixo sócio histórico brasileiro pensando para além da política de fragmentação das identidades, partindo de todos os recortes e vulnerabilidades estabelecidas ao público LGBTQIA+ - em principal o T - pensado de modo articulado e localizado. (NASCIMENTO, 2021, p.82)

---

<sup>15</sup> Feminismo da igualdade e Feminismo da diferença são dois conceitos estabelecidas no Feminismo, sendo a **Igualdade** categorizada como a crença em diferenças unicamente biológicas e/ou sexuais entre homens e mulheres, enquanto a **Diferença** é a rejeição da anterior, defendendo que gênero remete a traços culturais fundamentados em binarismo de base biológica. (JESUS, 2013; 2018)

<sup>16</sup> Não-monossexualidade é o termo guarda-chuva utilizado para citar, de modo geral, sexualidades que se relacionem com mais de um gênero, por exemplo: bissexualidade, pansexualidade, entre outras. Enquanto monossexualidade abrange sexualidades que se relacionam com um gênero, tais como: heterossexualidade, homossexualidade, entre outras.

## 2.4. O contexto LGBTQIA+ no Brasil entre a década de 1970/1980 e a contemporaneidade

Desde 2009, o Brasil segue como o país que mais mata a população “trans”<sup>17</sup> - apenas por sua existência - no mundo. Ao somar o extermínio enquanto comunidade, contando suicídios e assassinatos em decorrência de orientação sexual, gênero, ou simplesmente por “achismos” - situações de pessoas agredidas ou assassinadas após serem confundidas e/ou interpretadas como integradas na comunidade - chegamos ao resultado esperado: o Brasil é, mundialmente, o local mais perigoso para ser uma pessoa LGBTQIA+. De acordo com o relatório do Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil, organizado pelo Grupo Gay da Bahia - GGB, em 2020, ocorreram 237 mortes<sup>18</sup> relacionadas à orientação sexual e/ou identidade de gênero, sendo 224 homicídios e 13 suicídios. Vale destacar que estes podem não ser números absolutos, afinal há um forte indicio de subnotificação de casos de violência a pessoas LGBTQIA+.

Essa quantidade alta de mortes é reflexo de todo o contexto sócio histórico ao qual o Brasil foi submetido durante o processo de colonização, o qual perdura efeitos até os dias atuais. Evidentemente que toda a repressão e repulsa pelas sexualidades e gêneros divergentes do padrão cisheteronormativo não é exclusividade apenas do Brasil, mas o destaque é de ser o principal país que mais ceifa vidas LGBTQIA+ há mais de doze anos enquanto existem países onde essas “práticas” são consideradas crime, podendo chegar até a pena de morte em alguns locais.

Durante todo o processo de formação social brasileira a propagação da violência aconteceu sem grandes entraves, Peixoto afirma que “a naturalização do que hoje considera-se como violência era não apenas inquestionável, como também consentida e necessária” (2018, p.11) sendo direcionada para o público diretamente atingido pelas opressões de gênero, sexualidade e raça, os quais quebravam com o paradigma da normalidade, Miskolci alega que “Negros, mulheres e os recentemente denominados homossexuais eram vistos como ‘ameaças’

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo> Acesso em: 06/10/21

<sup>18</sup> “O levantamento dá conta de 224 homicídios (94,5%) e 13 suicídios (5,5%) de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Pela primeira vez, desde 1980, as travestis ultrapassaram os gays em número de mortes: 161 travestis e trans (70%), 51 gays (22%) 10 lésbicas (5%), 3 homens trans (1%) e 3 bissexuais (1%), além de 2 heterossexuais confundidos com gays (0,4%).”. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8488/Dia+Internacional+contra+a+Homofobia%3A+Brasil+registrou+237+mortes+violentas+de+LGBTI+em+2020> Acesso em: 06/10/21.



à ordem [...] Como seres "sob suspeita" justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento (apud PEIXOTO, 2018, p. 11).

A partir dessa prerrogativa de normal, fundamentada na concepção de moral cristã perpetuada pela Igreja Católica, a contenção do “diferente” era estabelecida violentamente, de maneira física ou psicológica, com repressão segregadora estabelecendo “locais” para cada qual que fosse contra. De acordo com Peixoto (2018, p.12) o Santo Ofício - quem assumiu o papel da Inquisição no Brasil - apurou denúncias referentes a “crimes/pecados de “desvio moral”, sendo a sodomia quantificada em 42,7% dos casos” (2018, p.12), as quais foram punidas de várias maneiras:

“Havia jejuns obrigatórios, orações especiais, retiros, uso de cilícios, multas em dinheiro e açoites, para as penas mais brandas. Nos casos considerados mais graves, a punição materializava-se em confisco de bens e degredo para outras cidades e estados do Brasil ou países da África, além de trabalho forçado nas galés, variando a quantidade de anos conforme a culpa. Com ou sem condenação, o/a réu/é ou investigado/a era obrigado/a a pagar as custas do processo - aí incluindo-se o trabalho do notário (calculado pelo número de folhas e linhas escritas nos documentos), as investigações efetuadas, a publicação da sentença e os gastos com roupas e velas usadas nos autos de fé.” (TREVISAN, 2018, p. 149/150)

Com o passar dos séculos a assimilação da homossexualidade com sodomia foi cedendo espaço para concepções patológicas e, posteriormente, para degeneração do papel social na sociedade, como os homens gays onde a abominação era/é por romper com o que é definido como “papel de homem”. Pelas décadas passadas que marcaram os processos históricos o que restava como alternativa era o silêncio frente às possibilidades de criminalização de “qualquer que arrenegar, descreer ou pezar de Deus ou de sua Santa Fé ou disser outras blasfêmias” (TREVISAN, 2018, p. 161), restando apenas a clandestinidade para as práticas trans/homosexuais.

Conforme os debates sobre a existência de outras sexualidades e gêneros se espalhavam entre os próprios “dissidentes da norma” mais percepções eram geradas, fundamentando discussões internas e organizações de grupos dispostos a lutar por direitos. A Revolta de Stonewall, em Nova Iorque no ano de 1969, deu o pontapé para que o ativismo LGBTQIA+ ganhasse visibilidade e, conseqüentemente, espalhasse força em cada local que tivesse um (ou mais) grupo buscando lutar por dignidade humana, respeito e direitos, estabelecendo a data da Revolta, 28 de junho, como o **Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+**.

#### **2.4.1 Movimentações no Brasil a partir da década de 1970 até os dias atuais**

No Brasil, as principais organizações LGBTQIA+ levantaram força diante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Em São Paulo, no ano de 1978, surgiu a organização Somos - Grupo de Afirmação da Identidade Homossexual, a qual visava lutar pela defesa e instauração de direitos LGBTQIA+. No mesmo ano foi lançado o periódico Lampião da Esquina, organizado exclusivamente por homossexuais, atuava denunciando violências e abordando questões sociais relativas à época (QUINALHA, 2019, p.4). Em fevereiro de 1979, aconteceu a Semana das Minorias da USP onde grupos se encontraram para debater sobre homossexualidades e movimentos sociais, o evento, contando com aproximadamente 300 participantes, polarizou o debate de maneira a fecundar a rachadura. (Quinalha, 2019, p.5) Já em julho do mesmo ano aconteceu a primeira fragmentação do grupo, as lésbicas integrantes insatisfeitas com a focalização na pauta G, tanto no Somos quanto no Lampião da Esquina (formado **apenas** por homens gays), se retiraram e decidiram criar o LF - Grupo Lésbico Feminista, de maneira a buscar visibilidade dentro do próprio movimento LGBTQIA+ criando assim o jornal “ChanacomChana” para abarcar seu público.

A década de **1980** começou com I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados que aconteceu em abril, o qual Quinalha afirma ter funcionado “como o estopim que colocou às claras as diferenças que já cindiam o grupo Somos” (2019, p.5). Em 1981, o grupo Somos e o Lampião da Esquina foram desfeitos após as divergências internas ganharem força, já o grupo LF publicou a primeira edição do ChanacomChana, porém, logo depois o grupo também rompeu, dissolvendo-se em outro, surgindo o Grupo de Ação Lésbico Feminista - GALF “tendo como fundadoras Miriam Martinho e Rosely Roth que retomaram a produção do Chanacomchana agora no formato de boletim, de publicação trimestral contendo 12 edições, sendo a primeira do ano de 1982 e a última em 1987”. (Apud. EDDINE, 2021, p. 6) A comercialização do folhetim era feita no “Ferro’s Bar”, estabelecimento marcado como “point” de sociabilidade e ativismo de mulheres lésbicas, entretanto, os donos do bar não aprovaram a distribuição (e conteúdo) entrando em conflito com o grupo e as expulsando do bar, o que resultou em manifestações organizadas na frente do bar no dia 19 de agosto de 1983, intitulado o dia como o **Dia Nacional do Orgulho Lésbico**<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> O mês de agosto é marcado por datas importantes para o ativismo lésbico. Além do dia 19, já citado, o dia 29 carrega o título de **Dia Nacional da Visibilidade Lésbica**, estabelecido em meio ao 1º Seminário Nacional de Lésbicas, com temática principal de “Visibilidade, Saúde e Organização” para falar sobre sexualidade, prevenção de ISTs e HIV/AIDS, trabalho e cidadania. Sendo assim o oitavo mês do ano um importante marco de existência, resistência, força e celebração para a mulher lésbica que sobrevive diariamente e a que arrefece diante das violências destinadas.

Desde o levante dos movimentos GLS (re)organizados na década de 1980, os progressos sociais e políticos destinados à população LGBTQIA+ caminham a passos lentíssimos, e constantemente encontrando entraves no processo. É a partir da metade dos anos oitenta que as movimentações, enquanto comunidade LGBTQIA+, ganham força coletiva, em principal, no combate e enfrentamento da epidemia de HIV/Aids, que atingiu em cheio a comunidade gay e trans, reduzindo exponencialmente o número de militantes LGBTQIA+ e mistificando o vírus como algo apenas “não hétero”<sup>20</sup>, afinal “em vários setores, a aids foi vista como resultado de um descompasso entre a natureza e os costumes, pois sempre que o ‘homem invade o nicho ecológico, contrai novas doenças’ ” (Trevisan, 2018 p. 24) Outras movimentações importantes na década foram as lutas pela retirada da homossexualidade dos códigos de doenças existentes e a reivindicação pela inclusão do termo orientação sexual nos artigos da Constituição Federal de 1988 que tratam sobre o respeito e a não discriminação.

Na década de 1990, as pautas de luta dos coletivos LGBTQIA+ ganharam mais notoriedade midiática. Artistas, nacionais e internacionais, políticos, movimentos sociais, entre outros, contribuíram na expansão do debate para outras instâncias sociais; apesar de terem como resposta, mais comumente, críticas e resistência ao assunto, também conseguiam pessoas interessadas em desconstruir seus ideais e somar na luta coletiva. Nesse período, aconteceram debates importantes dentro da comunidade que possibilitaram a construção da Primeira Parada do Orgulho Gay, em São Paulo, no ano de 1997. Nos dias atuais, nesta mesma cidade, mais de três milhões de pessoas participam da chamada Parada do Orgulho LGBT, a qual se realiza em incontáveis cidades do país.

O acontecimento principal da década foi a despatologização da homossexualidade pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID), no ano de 1990. A transexualidade, no entanto, só deixou de ser considerada doença em 2019, vinte e oito anos depois. Entre 1999 e 2020, aconteceram avanços significativos, os principais a serem destacados são:

**Tabela 1:** Conquistas civilizatórias estabelecidas para abarcar a população LGBTQIA+

---

<sup>20</sup> O termo mais comumente utilizado por pessoas de fora da comunidade na época da explosão de casos de HIV/Aids era "peste/câncer gay", ou seja, o vírus era considerado como uma doença que acometia apenas pessoas que mantinham práticas sexuais homossexuais. Aqui, escolhi a utilização de “não hétero” como uma tentativa de reparar essa ideia e não excluir, ou enquadrar erroneamente, as travestis e mulheres trans que, juntamente dos homens gays, foram contaminadas durante suas práticas sexuais e/ou durante seu processo de trabalho (prostituição).

	<b>Esfera Governamental, Saúde e Cível</b>
<b>1999</b>	O Conselho Federal de Psicologia - CFP proíbe o trato da homossexualidade como doença.
<b>2004</b>	Publicação do Programa Brasil sem Homofobia (BSH), criado com o intuito de promover a igualdade sexual.
<b>2008 e 2009</b>	O Processo Transexualizador é instituído como serviço oferecido pelo SUS; e torna-se possível o uso de nome social no SUS, respectivamente.
<b>2008</b>	1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)
<b>2010:</b>	Início das atividades do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT).
<b>2011</b>	2ª Conferência Nacional e Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)
<b>2011 e 2013:</b>	STF aprova a união estável homoafetiva; Conselho Nacional de Justiça - CNJ aprova resolução obrigando cartórios a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo, respectivamente.
<b>2013</b>	Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral LGBTI, ampliando o serviço já oferecido para a comunidade.
<b>2016</b>	Publicação do decreto que garante o direito ao nome social e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans.

<b>2018</b>	STF garante a retificação de nome e sexo nos registros civis de pessoas trans no Brasil sem necessidade de cirurgia, ampliando e fortalecendo o decreto de 2016.
<b>2019</b>	STF vota favorável à criminalização da LGBTfobia, criando o crime de homotransfobia, enquadrado na lei de crimes de racismo.
<b>2019</b>	A transexualidade deixa de ser reconhecida pela OMS como transtorno mental.
<b>2020</b>	STF derruba proibição de doação de sangue por parte de pessoas LGBTQIA+.

Fonte: elaboração própria, 2023.

Os marcos citados acima conseguem traçar o período de tempo em que a comunidade LGBTQIA+ precisou para garantir alguns “direitos” que já eram estabelecidos, sem entraves, para a população cis e hetero. Todas essas pautas foram reivindicadas desde os primeiros registros de organização coletiva em prol da comunidade, evidenciando que na sociedade brasileira é complexo e desafiador ser uma pessoa LGBTQIA+.

Em contrapartida à existência dessas - poucas - políticas destinadas a esta população, o conservadorismo enraizado no corpo social brasileiro reprime, constantemente, o avanço das demandas LGBTQIA+, em principal, no campo Legislativo. Irineu (2014b, p.166) apresenta uma fala do ex-Deputado Salatiel Carvalho<sup>21</sup>:

“Os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direitos porque a maioria da sociedade não quer. [...] os direitos que eles [homossexuais] entendem como seus podem ser prejudiciais à formação da própria família, podem ser prejudiciais, inclusive à formação e à educação.” (CÂMARA, 2000, p.129. apud IRINEU, 2014b, p.166)

Este trecho citado ilustra muito bem os enfrentamentos estabelecidos para a luta por direitos exercida pelos movimentos LGBTQIA+ no Brasil. Enquanto no Legislativo os avanços enfrentam duras penas, as esferas do Executivo e Judiciário acabam por ser as alternativas mais possíveis para a busca de direitos. Irineu afirma que “as investidas no Executivo fez com que o

<sup>21</sup> Pastor e político brasileiro, que exerceu mandato de deputado federal constituinte em 1988. Integrou a chamada “bancada religiosa”, o que justifica a referência em sua fala aos grupos evangélicos, tanto da Câmara quanto da sociedade.

movimento atuasse influenciando diretamente os sistemas de educação, segurança e saúde, aproximando-se também das universidades, de outros movimentos sociais e partidos políticos”. (2014b, p.167)

No campo Executivo, o principal avanço aconteceu durante o Governo Lula (2003-2010), o Programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004, montou o “caminho das pedras” para o estabelecimento de ações<sup>22</sup> que alterassem o cenário anterior de inércia quanto às temáticas. Na esfera do poder Judiciário, as conquistas se fizeram presentes quanto: a obrigatoriedade de realização de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo nos cartórios, criminalização da homotransfobia, e agora mais recente, a revogação da restrição de doação de sangue por pessoas LGBTQIA+.

Mas, como já dito, os retrocessos caminham em paralelo com os avanços para a população LGBTQIA+. Em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff optou pelo veto presidencial ao “Kit Escola sem Homofobia”, sob afirmação “de seu governo não faria propaganda de opções sexuais”. (Irineu, 2014b, p. 168). Quanto aos direitos judicializados, Irineu afirma que os “efeitos recriam entendimentos falaciosos sobre uma cidadania LGBT plena, já que essas “conquistas” estão condicionadas a instrumentos jurídicos frágeis, que podem ser revogados e retirados a qualquer momento.” (2014b, p.168)

Desde a retomada forçada - golpista - do poder direitista tem-se tornado mais evidente o desmonte de políticas públicas, propagação de ideais que ferem direitos humanos, políticos e sociais, tornando a luta mais árdua e dura. É perante essas constantes ameaças que se faz necessária a expansão dos conhecimentos do Serviço Social sobre as temáticas aqui abordadas. Diante a ofensiva discriminatória comandada pelo progresso conservador na sociedade, o Serviço Social reafirma seu papel na luta pela defesa de direitos, buscando atender a atmosfera da realidade em que está inserido, compreendendo suas possibilidades de movimentação e superação (mesmo que mínima) das determinações.

---

<sup>22</sup> “[...] o Programa Brasil sem Homofobia (2004), vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Ele originou, posteriormente, a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT (2009) e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (2011), responsáveis pela execução e monitoramento do Plano Nacional de Promoção dos Direitos e Cidadania LGBT (2009), produto da I Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT (2008). [...] realização da I e II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, em 2008/2011, a criação da Política Nacional de Saúde Integral LGBT pelo Ministério da Saúde, em 2010, a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT, em 2013, e o reconhecimento da diversidade de “condições sexuais” no âmbito do Plano de Política Criminal e Penitenciária, em 2011. Este último gerou a Resolução Conjunta nº 01/2014, entre o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – LGBT (CNDC), estabelecendo parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade.” (IRINEU, 2014b, p. 167 e 168)

### **3. O Serviço Social e a produção de conhecimento: pesquisa e formação profissional**

O atual Serviço Social brasileiro fortificou o objetivo de subsidiar as lacunas criadas pela desigualdade social, massificada com o avanço do capitalismo nas sociedades. No Brasil, a profissão chega, por meados da década de 1930, em uma tentativa de atender os problemas sociais estabelecidos com o contexto sócio histórico do país, de maneira primeira destinando atenção às famílias operárias/industriais atingidas pela reforma trabalhista promovida pelo Governo Vargas (1930 - 1945). Com a intensificação da desigualdade social no Brasil, a prática profissional viu-se necessitada de regulação e progressões que pudessem responder às demandas estabelecidas pelas as expressões da questão social brasileira<sup>23</sup>

O Serviço Social brasileiro é constituído por dimensões estruturais, sendo estas técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político. Os fundamentos exercidos pela profissão, com base nos três pilares-base, se dão a partir das dimensões investigativa e interventiva, sendo a pesquisa como base de sua natureza investigativa, que posteriormente, fundamenta a intervenção.

Diante a ofensiva discriminatória comandada pelo progresso conservador na sociedade, o Serviço Social reafirma seu papel na luta pela defesa de direitos, buscando atender a atmosfera da realidade em que está inserido, compreendendo suas possibilidades de movimentação e superação (mesmo que mínima) das determinações. É perante essas constantes ameaças que se faz necessária a expansão dos conhecimentos do Serviço Social sobre as temáticas aqui abordadas

#### **3.1. As dimensões investigativa e interventiva do Serviço Social e sua relação com pesquisa e produção de conhecimento**

A dimensão investigativa do serviço social é parte formadora do exercício profissional do assistente social, pois é a partir dela que é possível interpretar e construir ações interventivas que possam responder às demandas operacionais. Em seu artigo, Guerra (2009, p.1) traz um trecho do projeto pedagógico da ABESS - atual ABEPSS - que reforça “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação

---

<sup>23</sup> “Segundo Octavio Ianni, a “questão social” por sua vez “expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais, e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (Ianni, 2004, p.103).” (LISBOA, 2015, p.6)

profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61). Diretamente ligada ao ato de pesquisar, a dimensão investigativa requer métodos e estratégias que instrumentalizem as ações teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, tornando assim a pesquisa elemento indissociável do trabalho profissional. Em relação a atitude investigativa, Bourguignon traz que:

[...] é manifestação de um processo que envolve o questionamento permanente dos fatos, buscando sempre novas explicações, superando os limites impostos pela realidade social e pelo conhecimento acumulado pelas ciências. (Battini, 1991, p.53. apud Bourguignon, 2007, p.50)

A superação da realidade social é forjada na pesquisa, a partir do que Yamamoto chama de “mergulho na realidade social” (apud GUERRA, 2009, p.8). Entende-se a mesma como fundamental para o atendimento das competências da profissão, estimulando a investigação, construindo o caminho para a compreensão do assistente social. Guerra afirma que:

[...] no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais. Mais do que uma postura, o caráter investigativo é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais. (2009, p.3)

Essa observação comentada por Guerra acerca do caráter investigativo ser constitutivo das competências e atribuições profissionais é reafirmada por Bourguignon (2007), a qual amplia para constitutiva e constituinte<sup>24</sup>, resultando em vinculação orgânica entre intervenção e investigação, respaldada por “projeto ético-político comprometido com a construção de uma sociedade justa” (2007, p.47). Desta forma, a pesquisa a ser desenvolvida como recurso investigativo se materializa com o que Silva (2007, p. 286) afirma como necessário para “que o Serviço Social se sintonize com um outro horizonte que possa favorecer a emancipação humana”.

Após o “amadurecimento da produção teórica” (BOURGUIGNON, 2007) ampliar o campo intelectual, a produção de conhecimento ganhou fôlego para subsidiar o avanço da pesquisa nos espaços de formação e na ação profissional. A esfera da sistematização teórica

---

<sup>24</sup> “Constitutiva porque a prática profissional está fundamentada na relação dinâmica teoria/prática, fazendo parte da natureza da profissão buscar compreender criticamente os fenômenos sociais para fundamentar sua intervenção. Constituinte porque, inegavelmente, os avanços observados na esfera da produção de conhecimento, da prática profissional no âmbito das políticas públicas e da formação, mobilizam a reconstrução crítica da própria natureza profissional.” (BOURGUIGNON, p.50, 2007)



permeia processos reflexivos, especulativos e prospectivos da investigação profissional, estabelecendo o “reconhecimento do conhecimento como uma expressão da práxis” (BOURGUIGNON, 2007), a qual Silva afirma que “somente encontra condições objetivas para se realizar quando o assistente social subsidiado pela teoria crítica, se debruça sobre um leque bastante amplo de assuntos com os quais a profissão lida”. (2007, p. 293)

Bourguignon atribui a pesquisa em serviço social como ontológica, existencial e laborativa, sendo parte da natureza humana de forma complexa, processual, contraditória e histórica, negando formas mecânicas (2007, p.49) estabelecendo assim, que a compreensão deve ser para além de questões estruturais, considerando a totalidade do processo da realidade social dos sujeitos, sem “coisificar” e apagar as subjetividades atribuídas<sup>25</sup>. Silva diz:

“É fundamental não endossar, no interior da própria profissão, a ruptura entre o pesquisar e o fazer profissional. [...] a pesquisa deve se desenvolver nas universidades, articular-se com os diferentes espaços de inserção profissional, e, deve ser um traço central do exercício profissional do assistente social independentemente de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. A postura investigativa é necessária para descortinar as armadilhas da vida cotidiana, [...] Sem este procedimento, o profissional de Serviço Social não exerce seu papel como sujeito histórico possível e, não coloca em movimento as possibilidades históricas de transformação inscritas na própria realidade.” (SILVA, 2007, p.292)

Setubal aponta que “a pesquisa é um dos procedimentos teórico metodológicos que, ao ser incorporado à prática profissional, poderá levar o assistente social a reinventar, reconstruir e até construir um vir a ser para o Serviço Social, a partir da eliminação da consciência acomodada e até adormecida.”(2007, p.70). A partir das afirmações aqui trabalhadas, pode-se pensar sobre a prevalência de temáticas no bojo das produções acadêmicas nos processos investigativos e (se) como estão em movimento com as conjunturas político-social-histórica engendradas no contexto da sociedade.

A pesquisa em serviço social, como já explicitado, seja na formação e/ou atuação, possibilita compreensão da realidade social e a capacidade de materializar as ações efetivadas pelo assistente social de maneira a enfrentar às demandas criadas pelas expressões da questão social, a qual, segundo Iamamoto “[...] na atualidade faz parte de um conjunto multifacetado das expressões das desigualdades sociais produzidas na sociedade capitalista madura” (2006, p.18) Desta forma, surge a necessidade do Serviço Social se associar com as reivindicações

---

<sup>25</sup> A autora afirma que: “[...] a relação que o Serviço Social deve estabelecer com o conhecimento do sujeito participante de sua investigação/intervenção deve sustentar-se no diálogo crítico, capaz de gerar conhecimentos novos e propiciar a elevação do nível de consciência deste sujeito.” (Bourguignon, 2007, p.52)

sociais de luta que vão surgindo para além da já conhecida desigualdade de classes.

### **3.2. Relação entre o Serviço Social e identidades/marcadores sociais**

A concepção de marcadores sociais direciona-se às diferentes características sociais humanas, tais como: gênero, raça, etnia, religião, sexualidade, entre outros. A partir deste apontamento, podemos refletir acerca do relacionamento do Serviço Social para com estes, destacando suas ações direcionadas a temáticas fundamentadas em identidades/marcadores sociais e o enfrentamento à materialização de discriminações e opressões pertinentes às diversidades sexuais e gênero.

O Serviço Social, enquanto profissão, é marcado por forte base conservadora que defendia e propagava práticas assistencialistas, corporativistas e com intuito de culpabilização do indivíduo, diretamente afetado pelas as expressões da questão social brasileira. Conforme o fortalecimento da maturidade intelectual se espalhava no país, o caráter da profissão caminhava rumo a práticas democráticas, com fundamentação ética e comprometimento com a construção de nova ordem societária (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p.6).

A partir de 1993, com a atualização do Código de Ética Profissional da Assistente Social, o campo de defesa e manutenção de direitos e emancipação humana concretiza o posicionamento, enquanto profissional, contrário as discriminações, opressões e preconceitos, seja ele por gênero, raça, etnia, idade, classe, orientação sexual, entre outros. De acordo com Mesquita, Ramos e Santos (2001, p.6 e 7) o “novo” código de ética de 1993

explicita a defesa de princípios que rompem com uma perspectiva corporativista, na medida em que se inserem em uma dimensão societária e não apenas profissional. A defesa da liberdade, como questão central da reflexão ética; da democracia não só política, mas também econômica; da cidadania na perspectiva da universalização de direitos; da justiça social efetiva; dos direitos humanos como dimensão inalienável de todos os indivíduos sociais; da luta pela eliminação de todos os preconceitos e o respeito à diversidade são princípios defendidos para a profissão. [...] A partir desta concepção, o código coloca-se claramente contrário à exploração de classe e a todas as outras formas de opressão. Sob este ponto de vista, posiciona-se contrário a qualquer tipo de discriminação e preconceito, tanto no âmbito social quanto profissional.

Desta forma, o Serviço Social assume compromisso, ético-profissional, para com todos os segmentos da sociedade, de maneira a excluir a possibilidade de abertura discriminatória no eixo de atuação da profissão. Por mais que este determinante esteja constituído no CEPSS e, constantemente, reafirmado por medidas facilitadas pelo conjunto CFESS-CRESS, a temática vinculada a diversidade sexual e de gênero é alvo de forte resistência para ser discutida na sociedade, sendo ainda atingida por raízes firmadas na moralidade machista e homofóbica,

condicionando a profissão à dificuldade em fortalecer a discussão acerca, o que Menezes e Silva (2017, p. 125) afirmam como “fragilidade de alguns profissionais e estudantes em reconhecer tais direitos”, afinal, “a categoria dos/as assistentes sociais, assim como de outras profissões, não está imune ao caldo preconceituoso, largamente existente no Brasil, relacionado aos direitos da população LGBT.” (MENEZES, SILVA; 2017, p. 125)

Ainda que tenha a construção - e dever - ética, a profissão é formada por seres constituintes da sociedade em questão, a qual influencia seus pensamentos, princípios e em sua forma de viver, alimentando características que podem sobressair conforme a atuação acontece sob demanda. Durante a construção da formação profissional, dentro do espaço acadêmico, tem-se as atuais diretrizes como pano de fundo do ensino, as quais apontam para o compromisso crítico que busca “imprimir um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade” (KOIKE, 2009, p.13) deste modo, o conhecimento acerca do comprometimento para com o combate a discriminações e defesa da emancipação humana sem pré-julgamentos não é opcional ao assistente social, é dever registrado e que deve ser cumprido.

Mesquita, Ramos e Santos (2001, p.11) aludem que “o preconceito é contrário a princípios e valores éticos fundamentais: liberdade, dignidade, respeito, pluralismo e democracia”, onde também define que as ações de cunho preconceituosas são extremamente pragmáticas forçando assim a ultrageneralização (2001, p.9), o que resulta nas “várias expressões dos preconceitos, dentre as quais as mais frequentes são: a não universalização dos valores morais, a intolerância e a indiferença” (2001, p.10)<sup>26</sup> evidenciando a base corporativista do preconceito, esfera na qual o Serviço Social enxotou ao repensar seu caminho intelectual. Desta forma, as autoras afirmam que

No âmbito profissional, o enfrentamento deste debate sobre os preconceitos assume relevância em diversas dimensões: na produção teórica, no ensino, no exercício profissional, na normatização e na organização política. Na esfera teórica e no ensino, faz-se necessário aprofundar e ampliar o debate em torno desta temática com o objetivo de estimular o conhecimento crítico sobre a sociedade e a subjetividade dos indivíduos sociais. No âmbito do exercício profissional é fundamental o desenvolvimento de um constante processo de capacitação e reflexão para que as(os) assistentes sociais entendam e se posicionem de forma crítica frente às manifestações de preconceito. Isso porque cotidianamente lidam com usuários(as) das mais diversas

---

<sup>26</sup> As autoras definem a frase “não universalização dos valores morais” como: “respeito apenas às pessoas que gosto, que pertencem a minha família ou ao meu grupo. Nesta perspectiva, fere-se princípios éticos centrais, tais como: a igualdade e a universalidade, no sentido de que estes permitem a visão dos indivíduos como seres humano-gênicos. Vale realçar, ainda, que, sob este ponto de vista, o respeito não é entendido como necessário para com os sujeitos de outros grupos que ajam, pensem, sintam diferentemente de mim e dos meus. Nesses termos, tanto a negação da igualdade como o desrespeito reforçam a cultura corporativista, traço tão forte de nossa formação histórico-social.” (2001, p. 10)

orientações políticas, religiosas, sexuais, sociais, culturais etc. Estarão, assim, contribuindo para a formação de uma postura baseada no respeito à igualdade, à liberdade e ao pluralismo, princípios evidenciados no Código de 1993. Estas diferentes orientações no jeito de ser e de viver, muitas vezes, se constituem num solo fértil de disseminação de múltiplas formas de preconceito e discriminação. (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, p.12).

A concretização de uma atuação profissional apta a atender as demandas relacionadas às temáticas de diversidade sexual e de gênero só pode acontecer a partir do momento que o profissional se permite “conhecer e desfazer-se de princípios e valores pessoais que gerem preconceitos e discriminação contra as formas de sexualidades que fogem dos padrões heterossexuais.” (MENEZES, SILVA; 2017, p. 125). Apesar de apontar a discussão como incipiente (2017, p.125), os autores sinalizam que há sim “significativos avanços teóricos e práticos no que compete à busca pela defesa dos direitos da população LGBT, tratando a homofobia como uma expressão da questão social que deve ser combatida por todos” (2017, p. 123) pois, a diversidade sexual e de gênero caminham em paralelo com o conservadorismo, disputando conquistas no território da cidadania. (IRINEU, 2014a, p.198)

### **3.3. A presença da diversidade sexual e de gênero na produção teórica do Serviço Social**

A diversidade sexual e de gênero é, intrinsecamente, parte formadora da sociedade. Mesmo diante de comportamentos e ideários conservadores e moralistas, as tensões acerca da orientação sexual e identidade de gênero se fazem presente, sejam de maneira reprimida ou combativa, estas se direcionam a âmbitos divergentes do dito “normal” ganhando forma e notoriedade diante o confronto proporcionado por movimentos que questionem os modelos padronizados de dominação, com que Irineu afirma ser uma “política do corpo”, com capacidade de tencionar a biologização do sexo e o binarismo de gênero (2014b, p.156).

Dentro do Serviço Social, isto não se mostra diferente. Embora exista, o que Menezes e Silva (2017, p.123) chamam de “resistências para debater e trabalhar a temática” por parte de alguns profissionais e estudantes, seja no ambiente acadêmico ou profissional, a realidade continua a bater na porta cotidianamente, afinal todos, sejam usuários, profissionais e afins, cada ente formativo da sociedade possui características que se destacam em diferentes âmbitos, seja de gênero, raça, etnia, sexualidade e por aí vai, o que experiencia a convivência com diferentes formas de realidade. Apesar da certa resistência, a temática tem conseguido espriair dentro dos eixos de debate da profissão, de maneira a corresponder a emancipação dos direitos sexuais e de gênero, destacando “a consolidação de um processo de avanço do pensamento profissional demonstrado pelas entidades representativas da categoria profissional em relação

aos direitos da população LGBT e à luta pelo combate à homofobia.” (MENEZES, SILVA; 2017, p. 125)

Enquanto isso, a esfera da produção intelectual-teórica do Serviço Social enfrenta outras questões, como a baixa produção sobre a temática frente a realidade. Menezes e Silva (2017, p.123) apontam que

“[...] mesmo analisando uma grande mudança em relação a tais debates e reflexões, para alguns profissionais e acadêmicos do Serviço Social as questões pertinentes à população LGBT ainda são desconhecidas ou pouco compreendidas. Segundo Marcelino (2015) isto ainda acontece pelo fato de que a diversidade sexual e de gênero se faz presente de maneira carente nos discursos acadêmicos e poucas são as universidades que incluem tal temática na formação destes profissionais. Este contexto, portanto, vai refletir diretamente na atuação do profissional, tornando-o, muitas vezes, incapaz de responder às demandas da população LGBT.” (MENEZES, SILVA; 2017, p. 123)

Os autores apresentam uma pesquisa<sup>27</sup> realizada no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), onde a busca deu-se sob produções científicas de dissertações e teses com temática vinculadas à diversidade sexual e de gênero entre os anos de 1987 e 2006. Os resultados dessa pesquisa que enquadram as produções em Serviço Social correspondem apenas a 3,1% do quantitativo geral (MENEZES, SILVA; 2017, p.124)

“Em relação ao pequeno número de produções intelectuais que dizem respeito às temáticas como sexualidade, homossexualidade, homofobia e outras correlacionadas nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, um dos grandes desafios é encontrar assistentes sociais que se disponham a orientar tais temáticas de trabalhos, independente de pesquisar e/ou trabalhar.” (MENEZES, SILVA; 2017, p.124)

A criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa - GTP<sup>28</sup>, por meio da ABEPSS, surge como resposta a baixa produção sobre temáticas relacionadas a direitos humanos dentro da

---

<sup>27</sup> Sobre a pesquisa citada, os autores dissertam: “as produções científicas de dissertações e teses com temas que dizem respeito à diversidade sexual e de gênero dentre os anos de 1987 e 2006, foram encontrados o total de 347 trabalhos, destes, 289 dissertações de mestrado (83,3%) e 58 teses de doutorado (16,7%), todas produzidas em 71 instituições brasileiras, no total de 189 programas de pós-graduação; em média, cada programa foi responsável pela defesa de dois destes estudos por ano. Em relação às subáreas do conhecimento, dentre as 10 áreas que se subdividem essas produções, a saber, ciências biológicas, engenharias, ciências da saúde, ciências agrárias, ciências sociais aplicadas, ciências humanas, linguística, multidisciplinar, interdisciplinar e educação, as produções em Serviço Social, que se encontram nas ciências sociais aplicadas, são responsáveis por apenas 3,1% deste quantitativo geral. Os temas relacionados à homofobia estão presentes em apenas 39 trabalhos dos 347, ou seja, 11%, sendo o direito a subárea em que mais se destaca. Os temas que mais se destacam são a homossexualidade nas subáreas de psicologia e letras, com 204 trabalhos (59%). O tema da sexualidade é trabalhado no trato das concepções de políticas sexuais voltado para área do direito, com 58 (17%), e gênero, tratado na área de letras, 54 (16%) (NETO et al., 2011).” (MENEZES, SILVA; 2017, p.124)

<sup>28</sup> “[...] Em todas as ementas são debatidas temas que dizem respeito aos Direitos Humanos voltados para diversos sujeitos sociais e as contribuições do Serviço Social como profissão capaz de viabiliza a garantia de direitos. [...] No Brasil, a produção acadêmica em Sexualidade e Serviço Social tem crescido estimulada pelo GTP na formação de grupos de trabalhos (GT), [...] Porém, um dos grandes desafios para a categoria profissional é a consolidação de debate no âmbito do Serviço Social, uma vez que existe um reduzido número de profissionais que as trabalham,

profissão. Em uma tentativa de ampliar a produtividade de debates e produções, os GTPs foram criados com intuito “de propor e implementar estratégias de articulações entre grupos e redes na perspectiva de fortalecer esses tipos de discussões acerca de tais temáticas para o Serviço Social” (MENEZES, SILVA; 2017, p. 124). Essas ações não são tentativas de tornar a discussão sobre diversidade sexual e de gênero como homogênea dentro do curso/profissão, mas sim, uma busca por democratizar os conhecimentos afim de efetivar e espalhar o compromisso ético com a defesa da emancipação humana, afinal, por mais que tenha ideários contrários, o assistente social em sua atuação deve despir-se de seus preconceitos de maneira a ser capaz de atender e responder, de forma efetiva, as demandas vinculadas a diversidade sexual e de gênero, compreendendo que orientação sexual e identidade de gênero do usuário não é produto de escolha, sendo absolutamente resultado de incontáveis determinantes. (BARROS, 2018, p.12)

Em contrapartida, Menezes e Silva (2017, p. 124) apontam um estudo sobre concepções sobre homossexualidade e direitos LGBT, aplicado em uma instituição de nível superior em Itabuna, na Bahia, abarcando estudantes de Serviço Social, onde “constatou que existe um índice alto de estudantes contrários à homossexualidade e aos assuntos relacionados, como a união homoafetiva e adoção de crianças e/ou adolescentes, além dos demais direitos”<sup>29</sup> (MENEZES, SILVA; 2017, p. 124). Desta forma, torna-se contraditório, e preocupante, que a profissão tenha tamanho indicador conservador frente às determinações defendidas pelos entes representativos e pelo CEPSS. Almeida (2009, p.163) defende que produzir reflexões sobre as existências LGBTQIA+ dentro do Serviço Social pode auxiliar a “evitar agir de maneira irrefletida e não ceder ao culto da ação pela ação, desprezando função intelectual, o que poderia levar ao irracionalismo e possíveis posturas fascistas.”

A importância em expandir a presença das temáticas de diversidade de gênero e sexual nas discussões em Serviço Social contribui para a ampliação da capacidade de investigação e intervenção profissional, afinal de contas, expande a visão política de sociedade do assistente social ali inserido, Lisboa (2015, p.19) traz “que os processos sociais e históricos vem impondo as discussões de gênero à profissão e que há necessidade de ampliação do debate e da apropriação desses estudos pela categoria.”

É visível, no percurso histórico recente do Serviço Social, avanços no campo legislativo profissional, com ações práticas e posicionamentos que buscam a defesa dos direitos da população LGBT, bem como a construção de novos aportes teóricos e de debates sobre o tema no interior da categoria profissional. Porém, é necessário

---

além da resistência da categoria no que diz respeito a tais discussões, considerando-as irrelevantes ou desnecessárias.” (MENEZES, SILVA; 2017, p. 124)

<sup>29</sup> Os autores apontam que “40% negam os direitos já conquistados pela população LGBT, demonstrando um perfil conservador e discriminatório (ROSÁRIO, 2015)” (MESQUITA, SILVA, 2017, p.125)

sempre ir além, aprofundar tais discussões, nortear uma prática capaz de legitimar e respeitar cada usuário/a independentemente de suas particularidades. O Serviço Social é apenas uma profissão no meio de tantas outras que atuam com as demandas de LGBT e que estão diretamente ligados ao processo de atenção a situações de violência, a exemplo da homofobia. Contudo, sua singularidade não fragiliza a necessidade de combater todas as formas de preconceitos e discriminações. Se cultivarmos o respeito, a liberdade, a emancipação e a autonomia como valores humanos que devem ser enfatizados na atividade profissional, este debate e esta forma de atuação se expandirá para as demais profissões, sendo possível viabilizar mais direitos para todos os sujeitos sociais, inclusive a população LGBT. (MESQUITA, SILVA, 2017, p.127)

Não obstante, pode-se afirmar que, atualmente, temos dentro do Serviço Social estudiosos importantes na temática de diversidade sexual e de gênero, os quais alimentam a formação de um quadro teórico fundamental dentro da profissão. Desta forma, é possível afirmar que há sim a produção de conhecimento sobre diversidade sexual e gênero dentro da profissão, por mais que não seja tão expressiva quanto outras áreas de concentração profissional, o que precisa ser feito é o convencimento geral de que é fundamental que os profissionais, sejam novos ou mais experientes, se abram para temas heterogêneos de maneira que seja possível compreender as violações causadas por discriminações e preconceitos, sejam esses por gênero, raça, sexualidade, etnia, etc, afinal “não se pode tratar questões do preconceito e discriminações como uma demanda que compete apenas a tais sujeitos, a seus familiares e amigos, mas como uma das expressões da questão social que precisa ser combatida por todos/as.” (MESQUITA, SILVA, 2017, p.127)

#### **4. A diversidade sexual e de gênero nos trabalhos de conclusão de curso de Serviço Social da UnB**

A presente pesquisa busca possibilitar uma análise sobre a presença das temáticas de diversidade sexual e de gênero na produção de conhecimento no curso de Serviço Social da UnB. Com o intuito de traçar a compreensão acerca das categorias, este item foi construído com base no material disposto pelo SER/UnB, sendo estes os trabalhos de conclusão de curso físicos e digitais, o projeto político pedagógico e a relação de trabalhos apresentados.

##### **4.1. O curso de Serviço Social da UnB e a relação do Departamento de Serviço Social com pesquisa e produção**

A graduação em serviço social da Universidade de Brasília tem seus primeiros registros datados a partir de 1971, momento no qual a UnB criou o curso baseado no currículo da época (BARROSO, GOIN, 2020). O atual eixo curricular é direcionado a partir da proposta estabelecida nas “**Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**”, aprovada em 1996 pelas entidades deliberativas do serviço social, nas quais o principal objetivo é a efetivação do projeto de formação profissional comprometida com as proposições éticas e capacitada para o enfrentamento das expressões da questão social brasileira.

Após o firmamento das novas diretrizes do serviço social de 1996, o SER/UnB buscou reformular currículo da época, de maneira a responder às necessidades para o novo processo de formação

“Os marcos, dessa revisão, estão calcados na XXVIII Convenção da então ABESS, de 1993, realizada em Londrina, cujas deliberações definiram a revisão de currículo mínimo vigente desde 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n 06, de 23/09/82), ao passo que a avaliação do processo de formação profissional em Serviço Social dar-se-ia a partir das novas exigências laborais à área, considerando as mudanças conjunturais e as jurídico-formais, internas e externas à profissão, do pós-1980.” (BARROSO, GOIN, 2020, p.115)

As autoras apontam que, dez anos após, a gestão 2005-2006 da ABEPSS realizou a pesquisa avaliativa com o intuito de monitorar a implementação das Diretrizes Curriculares, a partir desta, o SER/UnB iniciou seu processo de reflexão acerca do prosseguimento do currículo de 2001 (BARROSO, GOIN, 2020, p.118). Logo em seguida, em 2007, a gestão departamental do SER/UnB apresentou em colegiado a proposta que resultaria no currículo instaurado em 2011, o qual permanece até os dias atuais (SER/UnB, 2011a, p. 8).

O **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UnB** apresenta o processo longo e turbulento até a instauração do novo currículo em 2011, quatro anos após sua



proposta inicial. Durante a laboração da revisão curricular, a UnB viu-se em períodos de greve e, em principal, expansão dos cursos de graduação pelo **Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**, o qual o curso de Serviço Social da UnB decidiu aderir, desde que fosse garantido a mesma qualidade e currículo, criando assim o curso no turno noturno, ampliando o acesso à universidade.

[...] a adesão ao REUNI considerou uma antiga demanda de criação do curso noturno para atender trabalhadores e estudantes e reivindicou junto às instâncias superiores da UnB as as condições adequadas para a ampliação do Departamento, preservando e melhorando a qualidade tanto do curso diurno como do noturno, em processo de criação. A contratação de mais docentes para o Departamento de Serviço Social – SER, a formação de um corpo docente qualificado e integrado, e ampliação do espaço físico do departamento, foram as principais condições requeridas (SER/UnB, 2011b, p.4)

Desta forma, o curso de serviço social da UnB apresenta oferta diurna e noturna, ambas direcionadas pelo currículo instaurado em 2011, comprometido com o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade, investindo na “formação profissional de assistentes sociais antenados com as necessidades de prestação de serviços e políticas sociais no combate às expressões da Questão Social fruto da dinâmica da sociedade capitalista” (SER/UnB, 2011b, p.6). Conta com quadro docente de 32 professores efetivos, sendo 29 doutores e 3 mestres, 2 professores visitantes e 1 professor/a em exercício provisório, sendo que destes, 14 integram o quadro efetivo do **Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS**.

Um traço significativo do Serviço Social brasileiro é o empenho e fortalecimento da pesquisa e produção de conhecimento de maneira a ampliar a seara de abrangências da profissão. Em vista disso, o Serviço Social da UnB carrega fortemente essa ideia, tendo em seu currículo

“disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas que diversificam a formação do aluno através da abordagem de tópicos especiais; práticas de pesquisa voltadas ao desenvolvimento da atitude investigativa e do desenvolvimento de pesquisas, articulando na formação os Grupos e Núcleos de Pesquisa do Departamento de Serviço Social, bem como as atividades e projetos de extensão” (SER/UnB, 2011a, p.22).

A partir disto, o Serviço Social da UnB constrói um paredão de fomento e fortalecimento da dimensão investigativa da profissão por meio da pesquisa nas disciplinas e grupos, tracejando um caminho para o momento do trabalho de conclusão de curso, o qual carrega o caráter de ser a pesquisa final do curso.

#### **4.2. A presença (ou não) da diversidade sexual e de gênero nos TCCs**

O curso de graduação em Serviço Social na UnB conta com o TCC como o principal requisito para a obtenção da diplomação na área. Assim, esta pesquisa permeia a trajetória dos trabalhos de conclusão de curso apresentados entre os anos de 2000 e 2019, de maneira a delinear os caminhos e as tendências da produção acadêmica de conhecimento presentes no SER/UnB, possibilitando entender como tem se dado a produção de conhecimento acerca da diversidade sexual e de gênero no serviço social da UnB, de maneira a estabelecer a importância dessas pesquisas para a formação profissional informada e comprometida com a defesa das diversidades na sociabilidade humana.

A pesquisa, qualitativa-quantitativa, deu-se por meio de levantamento bibliográfico e documental, a partir de trabalhos físicos disponibilizados pelo departamento e trabalhos digitais, acessíveis por meio da Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade - BDM, onde é possível ter acesso aos arquivos e informações técnicas da produção de conhecimento na Universidade. Desta forma, após o levantamento dos dados, foi pensado um mecanismo de organização e análise, construído por planilhas organizativas, de classificação anual, iniciando a tabulação com os seguintes indicadores: ano de publicação, palavras-chave e área temática (entre diversidade sexual e/ou gênero). Após a tabulação, a análise de conteúdo e resultados deu-se por meio de categorização, inferência, descrição e interpretação dos dados (Gomes, 2009).<sup>30</sup>

Durante a seleção dos trabalhos a serem analisados, foram identificados alguns segmentos de gênero, diferentes entre si, onde o que prevaleceu foram temáticas as quais fugissem da norma binária e heteronormativa, sendo selecionados trabalhos voltados a gênero dentro da atmosfera LGBTQIA+.

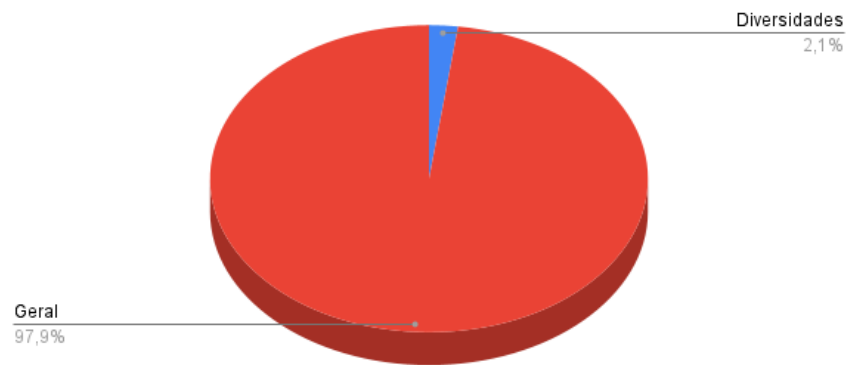
A partir do material obtido para análise contabilizou-se **894 trabalhos de conclusão de curso** apresentados entre 2000 e 2019, entre estes, apenas **19 trabalhos de conclusão de curso** fazem menção a alguma temática inserida no eixo LGBTQIA+, percebendo-se que a temática de diversidade sexual e de gênero contabiliza uma porcentagem bem “expressiva” de **2,1%** no total de trabalhos apresentados ao departamento.

**Gráfico 1:** Concentração Temática dos Trabalhos de Conclusão de Curso apresentados entre 2000-2019.

---

<sup>30</sup> Segundo Gomes consiste em: a) decompor o material a ser analisado em partes; b) distribuir as partes em categorias; c) fazer uma descrição do resultado da categorização; d) fazer inferências dos resultados; e) interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica adotada.”(2009).

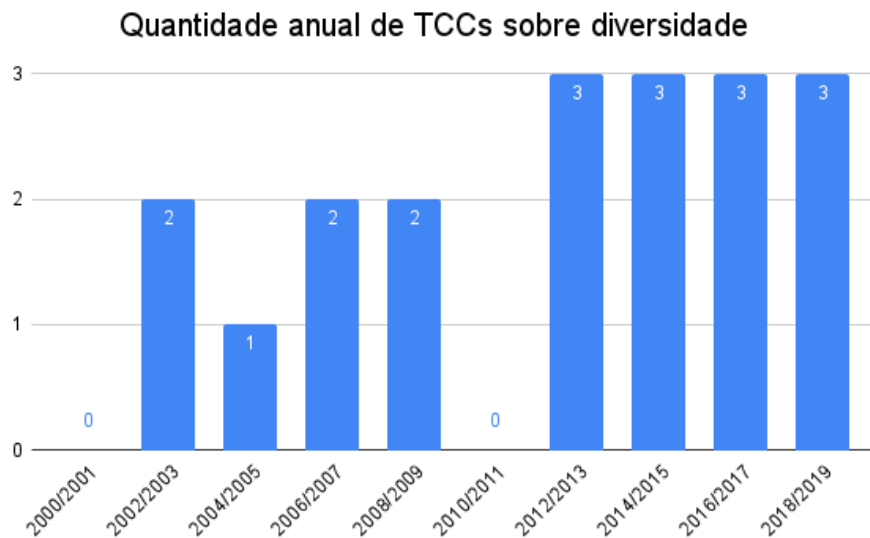
## Concentração Temática dos TCC's entre 2000-2019



Fonte: elaboração própria, 2023.

Durante o processo de análise dos dados referentes aos TCCs, dentro da porcentagem de trabalhos, destacam-se elementos acerca da quantidade anual e temáticas mais abordadas. A organização cronológica possibilitou a identificação de números publicados por ano, os quais proporcionam a ilustração acerca das conjunturas política e social e a associação com avanços e/ou retrocessos em direitos sexuais e de gênero no ano decorrente.

**Gráfico 2:** Quantidade, por ano, de TCCs sobre diversidade apresentados entre 2000-2019.

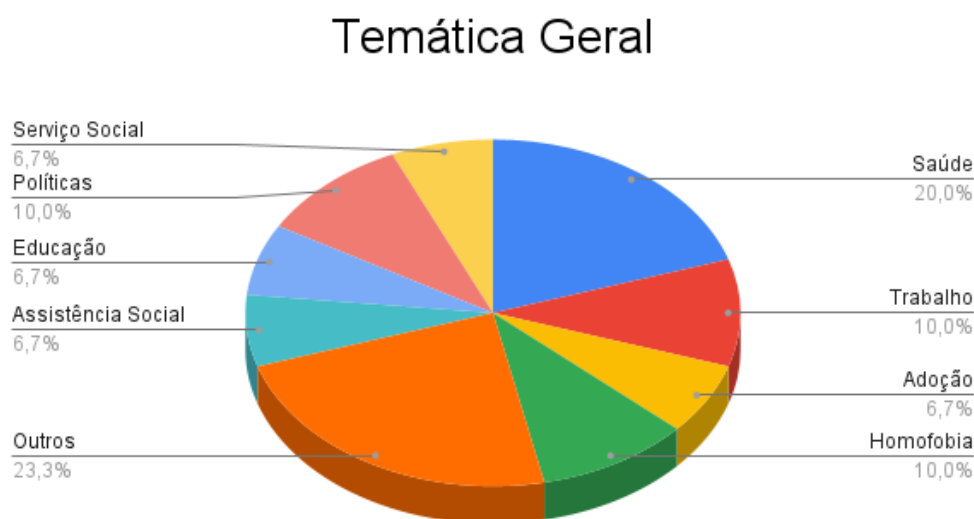


Fonte: elaboração própria, 2023.

Os anos entre 2012-2019 apresentam mais TCCs defendidos em relação aos outros anos, período temporal marcado por alguns avanços mais significativos para a vivência da comunidade LGBTQIA+ (ver Tabela 1 na página 27). A análise em torno dos **19** TCCs foi

disposta com base nos **eixos principais**, sendo: **Concentração Temática, Quantidade anual** e **Área de Concentração Temática**. Os elementos relacionados às áreas de concentração temática, por sua vez, foram divididos em **duas subcategorias** de análise de modo a garantir melhor visualização e compreensão dos dados, sendo estas direcionadas como **Temática Geral** e **Temática LGBTQIA+**. Entende-se que, por se tratar de TCCS, as temáticas são intrinsecamente ligadas aos debates norteadores do curso, à vista disso, a **Área de Concentração Temática** foi pensada para possibilitar a compreensão acerca do que as pesquisas permeiam, e se relacionam-se diretamente com eixos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

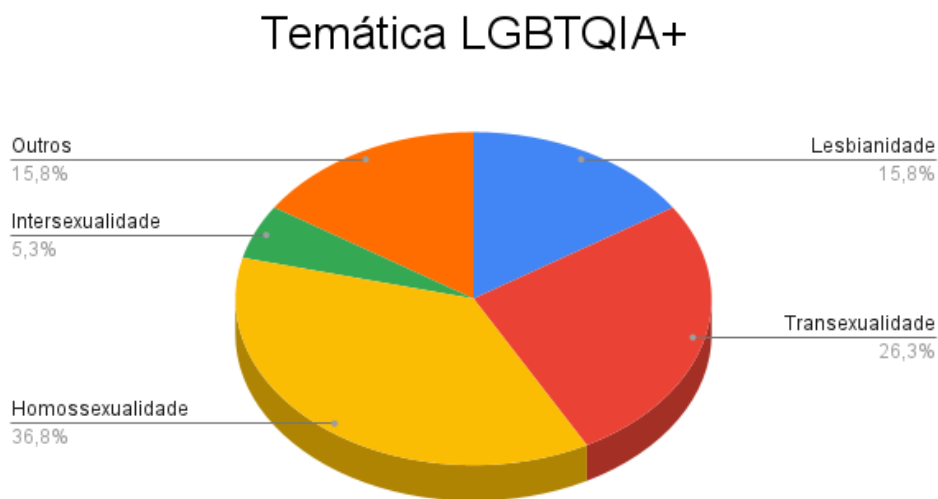
**Gráfico 3:** Área de Concentração Temática Geral dos TCCs sobre diversidade sexual e de gênero entre 2000-2019



Fonte: elaboração própria, 2023.

O segmento denominado “**Outros**” segue como a maior porcentagem (23,3%), entretanto, esse item foi formado por temáticas divergentes entre todas, por isso a necessidade de selecionar algo que abrangesse como categoria. A seção “**Políticas**” nada mais é do que a junção de temas sobre políticas públicas e políticas sociais, unificadas para a construção de temática abordada nos trabalhos. Os dados sobre a **Temática LGBTQIA+** carregam significativos dados sobre o que os estudantes do Serviço Social da UnB mais abordam quando se referem a diversidade sexual e de gênero.

**Gráfico 4:** Área de Concentração Temática LGBTQIA+ dos TCCs sobre diversidade sexual e de gênero entre 2000-2019



Fonte: elaboração própria, 2023.

Dentro da análise dos dados de temática LGBTQIA+ construídos com os **19 TCCs** apresentados, o destaque deu-se para o trato da **Homossexualidade** (36,8%) como principal abordado, logo após, a **Transexualidade** (26,3%) se destaca entre os trabalhos de conclusão de curso, possibilitando então, a compreensão de quais seriam as tendências produtivas do Curso de Serviço Social da UnB dentro da temática LGBTQIA+.

Em relação aos dados levantados acerca dos trabalhos de conclusão de curso apresentados, a porcentagem de trabalhos focalizados nas diversidades sexuais e de gênero dentro do Serviço Social da UnB corresponder a apenas **2,1%**, como aqui já citado, carrega significativo valor, pois possibilita o questionamento se é algo efetivamente presente na formação dos futuros profissionais, ou se ainda são temáticas carregadas de estigmas sociais aversivos que afastem os discentes do debate? Afinal, como é possível efetivar o compromisso da profissão para com a defesa de direitos humanos e combate ao preconceito sem saber, concretamente, como é o público que defende?

#### **4.3. As tendências teórico-metodológicas e sócio históricas acerca da produção de conhecimento relacionada à diversidade sexual e de gênero**

A linha cronológica do movimento LGBTQIA+ é formada por algumas conquistas - aqui já citadas - que caracterizam momentos diferentes, tanto no Brasil, quanto no mundo. Em conformidade com o momento vivido, o Serviço Social, enquanto categoria profissional se compromete com a defesa da dignidade humana, logo, o alinhamento teórico-metodológico acontece, de maneira que a formação curricular nacional tenha debates acerca de questões de gênero, raça, etnia, sexualidade e etc. Silva (2007, p. 286) afirma que é necessário “que o Serviço Social se sintonize com um outro horizonte que possa favorecer a emancipação humana”, pois a emancipação política facilitada pela profissão precisa ser eficaz diante das alterações sociais.

A partir de campanhas e coleções de materiais explicativos<sup>31</sup>, o CFESS fortifica o compromisso profissional para com a garantia e defesa de direitos. Como entidade responsável por alinhar o exercício profissional na busca pelo projeto societário democrático e equânime, o CFESS tem buscado acompanhar os processos sociais de lutas e movimentos somando as pautas levantadas na defesa de direitos à prática profissional de assistentes sociais com publicações de materiais, os quais servem como mecanismos de disseminação e fortalecimento do debate sobre diversidades humanas, rejeitando qualquer forma de discriminação e preconceito por qualquer que seja a finalidade. A partir de toda a manifestação enquanto categoria, aqui questionamos se o número de trabalhos direcionados a temática é expressivo em relação as tentativas de inserção do debate dentro do mesmo período temporal ao qual a pesquisa é direcionada.

Entende-se que em meio ao cenário de (re)fortalecimento dos ideários ultraconservadores, o Serviço Social precisa se adaptar para compreender as novas expressões que se submetem à questão social. Em vista disso, o SER/UnB ao modificar o currículo pedagógico do curso, inseriu disciplinas<sup>32</sup> - de cunho optativas - que pudessem abarcar temáticas diversas, sendo estas constituídas por conteúdo aberto, a serem direcionadas por quem leciona. Desta forma, há evidências da tentativa de ter um quadro curricular aberto a assuntos

---

<sup>31</sup> As campanhas e coleções citadas correspondem a: campanhas “**O amor fala todas as línguas**”, em 2006, e, “**Nem rótulos, nem preconceito, quero respeito**”, em 2014 fundamentais para reafirmação do compromisso ético profissional com a defesa de direitos sem distinção de orientação e/ou expressão sexual, e também, a presença da diversidade na sociedade, e a coleção com os sete cadernos **da Série Assistente Social no Combate ao Preconceito**, como tentativa de reforçar aos profissionais que o preconceito está presente em diversas práticas de discriminação sobre formas de vida, necessitando conhecer e fundamentar-se para a efetivação da prática liberta de discriminações e intolerâncias (CFESS, p 7, 2016).

<sup>32</sup> As disciplinas citadas correspondem as matérias diretamente vinculadas ao Departamento de Serviço Social - SER/UnB, sendo estas: Prática de Pesquisa Social, que vai do 1 ao 4; Tópicos Especiais em Serviço Social, Tópicos Especiais em Política Social, Tópicos Especiais em Pesquisa Social; e a principal, Gênero, Raça/Etnia e Política Social, a qual o colegiado busca ofertar com mais frequência, visando colaborar com a formação profissional.

essenciais na sociedade, de maneira não-etnocêntrica, entretanto, aqui questiono se a proliferação destes assuntos na formação dos novos integrantes da categoria profissional não seria mais eficaz se estas disciplinas fossem obrigatórias no quadro curricular.

Apesar da evidente dificuldade para alcançarem uma visibilidade significativa dentro do quadro de conhecimentos teóricos produzidos no SER/UnB, as temáticas de diversidade sexual e de gênero conquistaram um espaço fixo dentro do número de pesquisas defendidas no departamento, o **Gráfico 2** (p.43) apresenta que a maior concentração de trabalhos de conclusão de curso sobre diversidade sexual e de gênero defendidos ocorreu entre os anos de 2012 a 2019, totalizando 12 TCCS, mantendo a quantidade de 3 trabalhos a cada dois anos. Não coincidentemente, a partir de 2011, os avanços em relação à pauta LGBTQIA+ encontravam-se mais “intensificados” (**Tabela 1**, p.27), o que notoriamente influenciou dentro do curso de Serviço Social da UnB. Concomitantemente com as modificações ocorridas no currículo aprovado em 2011, as ações do Conjunto CFESS-CRESS somaram na contribuição da presença temática dentro da profissão, colocando em pauta temas como Identidade de Gênero, Transexualidade, Sexualidade e afetividades, fora do segmento heteronormativo.

Dentro dos dados relacionados as temáticas associadas ao Serviço Social, o que se destaca no **Gráfico 3** (p.44) é a quantidade de trabalhos direcionados a temática de “Saúde”, sendo este o segundo item com a maior porcentagem (20%), perdendo apenas para a categoria “Outros” (23,3%) a qual buscou abarcar temas não-homogêneos. No âmbito da saúde, a presença da Política Nacional de Saúde Integral LGBT<sup>33</sup> se destaca por estabelecer protocolos a serem direcionados no atendimento deste público, de maneira humanizada e não-sectária.

Diante os levantamentos, tanto documentais quanto bibliográficos, apontam para a existência de materiais de estudo em vários segmentos sociais, os quais possibilitam a disseminação dos assuntos sobre diversidade de gênero e sexual. Compreendo que a propagação das temáticas não finda com os desafios e, tampouco, com a discriminação vivida por integrantes de cada letra da sigla, mas, corroboram com a quebra do estigma já instaurado na concepção social sobre o que não é “cis” e “hétero”. A importância social destes estudos é, para além de disseminar a presença de diversidades, uma tentativa de visibilizar e ampliar os

---

<sup>33</sup> A **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestir e Transexuais** (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) foi instituída pela Portaria Nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, a qual se instaura no âmbito do SUS, com o objetivo geral de promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e o preconceito institucional e contribuindo para a redução das desigualdades e para consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo. (Brasil, 2011)

conteúdos acerca das temáticas. É necessário que tenhamos, dentro do arcabouço teórico do serviço social, mais conhecimento produzido sobre diversidades e marcadores sociais, para que seja possível traçar as possibilidades de atuações profissionais, afinal, materiais de campanhas, resoluções, entidades e, poucas matérias optativas durante a graduação, não bastam para a efetivação de um quadro profissional livre de preconceitos e devidamente comprometido com a defesa da integridade humana do usuário.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi pensado a partir de incômodos construídos quanto à profundidade da temática de diversidade sexual e de gênero dentro do quadro de produção de conhecimento do Serviço Social. Durante esta trajetória, muitas ideias e perguntas surgiram, criando incontáveis momentos de debate interno para compreender e formular o que aqui se disserta. O intuito principal deste, não é apontar erros ou acertos da categoria profissão com a temática, mas sim aglutinar informações sobre o que leva temas como orientações sexuais e identidades de gênero a encontrarem dificuldades para atingir o que se pode considerar um debate amplo e conciso, afinal, apesar de existente, a discussão ainda pode ser considerada incipiente (MENEZES, SILVA, 2017, p.125).

Para a elaboração da compreensão do tema, foram construídos objetivos que fossem capazes de apontar *quais são, e como se dão, as tendências da produção de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero*, em específico, *no Serviço Social da UnB, entre os anos de 2000 e 2019*. Entretanto, para chegar ao propósito, foi-se necessário ampliar o debate sobre diversidade sexual e diversidade de gênero, pautando a compreensão sobre gênero, sexualidade e contexto sócio histórico brasileiro, definindo o que são identidades sociais e suas variações frente os efeitos da relação com o CISTema, conjuntamente, a estruturação acerca do papel da produção de conhecimento e formação profissional, direcionando para a aproximação do Serviço Social com marcadores sociais, mais especificamente, sexualidade e gênero.

Entende-se que apesar de ganharem espaço no debate a cada dia, categorias como sexualidade, raça, etnia e gênero - fora do segmento binário cisgênero - ainda enfrentam dificuldades para alcançarem uma visibilidade significativa dentro do quadro de conhecimentos teóricos produzidos no Serviço Social. Os autores utilizados como referência apontam para a constante resistência, tanto de estudantes quanto de profissionais, para o debate acerca, podendo ser interpretadas como desinteresse, falta de compreensão sobre, ou até mesmo, discriminação direta. Entretanto, as ações efetivadas pelas entidades representativas e o avançar social auxiliam a levantar a tampa do arcabouço teórico, para que seja possível construir e traçar as possibilidades dentro das atuações profissionais.

A importância social destes estudos é, para além de disseminar a presença de diversidades, uma tentativa de visibilizar e ampliar os conteúdos acerca das temáticas. O que aqui pretende é questionar, de maneira geral, **até onde deixaremos o conservadorismo**

**interferir, a ponto de atrapalhar constantes avanços político-sociais, dentro da nossa profissão?**

## Referências Bibliográficas

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI+; GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020**. Relatório. - 1. ed. - Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. Disponível em: <https://observatoriomortesviolentaslgbtibrasil.org/2020-1>. Acesso em: 6 out. 2021.

ALMEIDA, G. **Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as assistentes sociais**. Revista O social em questão. Rio de Janeiro: PUC-Rio, v. 20, n. 9, p.117-141, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/v11n20a07.pdf>. Acesso em 18 nov. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 05 set. 2021

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **História**. Guia Institucional. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/historia-7>. Acesso em: 13 set. 2021.

BARROS, J. M. . **A Produção De Conhecimento No Serviço Social: Orientação Sexual - Um Debate Necessário**. Revista Educ- Faculdade De Duque De Caxias , v. 5, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20190218160541.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021

BARROSO, H. C; GOIN; M. **O Serviço Social Da Universidade De Brasília No Compasso Das Diretrizes Curriculares**. Temporalis, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 112-127, jul./dez. 2020. ISSN 2238-1856. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/30037>

BRASIL, **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)**. Portaria Nº 2.836, 2011.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 46-54, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300005>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CFESS. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: O que é preconceito?**. Caderno 1. Brasília (DF), 2016.

CFESS. **Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Transfobia**. Caderno 4. Brasília (DF), 2016.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. - (Biblioteca básica de serviço social; v.8)

EDDINE, E. A. C.; SENA, A. de J.; RODRIGUES, J. E. de A. G.; LIMA, T. R. C. . **As mídias alternativas ChanacomChana e Lampião da Esquina: uma trajetória de resistência, identidade e visibilidade**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e18010313233, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.13233. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13233>. Acesso em: 8 ago. 2022.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (p. 79-108)

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, No. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69 - 82.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **As Dimensões Ético-Políticas e Teórico- Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo**. Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Ana Elizabete Mota..[et al], (orgs). São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

IRINEU, Bruna. **10 Anos do Programa Brasil sem Homofobia: Notas críticas**. Temporalis, v. 14 n. 28 (2014a): SERVIÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE EXPLORAÇÃO/OPRESSÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO, SEXUALIDADES págs. 193-220. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p193-220>. Acesso em: 10 nov. 2021.

IRINEU, Bruna. **Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil**. EM PAUTA, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2014b - n. 34, v. 12, p. 155 - 178. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2014.15088>. Acesso em: 12 nov. 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Feminismo e Identidade de Gênero: Elementos para a Construção da Teoria Transfeminista**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, 2013, Florianópolis. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0: Uma Contextualização A Partir do Pensamento Transfeminista**. REBEH - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura , v. 1, p. 5-24, 2018

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-222.

LISBOA, T. K. **Feminismos, Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social**. In: Marlene Teixeira Rodrigues. Maria Elaene Rodrigues (Organizadoras). (Org.). **Feminismo**,

gênero e sexualidade: desafios para o Serviço Social.. 1ed.Brasilia: Editorial Abaré, 2015, v. 1, p. 73-100.

LONGARAY, D. A.; RIBEIRO, P. R. C. **Discutindo A Relação Entre Os Marcadores Sociais De Gênero E A Homossexualidade**. 2010. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica Editora, Belo Horizonte, 2ª ed. 2000.

MENEZES, M. S.; SILVA, J. P.. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador**. Revista Katálysis, v. 20, n. Rev. katálysis, 2017 20(1), p. 122–129, jan. 2017. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1414-49802017.00100014>. Acesso em: 19 ago. 2021.

MESQUITA, Marylucia; RAMOS, Sâmia R.; SANTOS, Silvana M. M.; **Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social**. In: MUSTAFÁ, Alexandra M. (org.) Presença Ética vol. 1-anuario filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. 192 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro)

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil**. Revista Periódicus, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 7–23, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i10.28014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28014>

QUINALHA, Renan. **Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico**. Revista Margem Esquerda, nº 33, São Paulo: Boitempo, 2019. Disponível em: <https://escolamarx.movimentorevista.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Marxismo-e-sexualidade-no-Brasil-recompondo-um-histórico-Renan-Quinalha.pdf>.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v.15, n.2, jul./dez. 1995.

SER/UnB – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Diurno**. Brasília, 2011a.

SER/UnB – Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Noturno**. Brasília, 2011b.

SETUBAL, Aglair. A.. **Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional**. Revista Katálysis, v. 10, n. Rev. katálysis, 2007 10(spe), p. 64–72, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300007>

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 2007, 6(2), 282-297. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/2319/3248>

SWAIN, Tania Navarro. **Para além do binário: os queers e o heterogênero**. v. 2 n. 1 (2001): Revista Gênero. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30991>. Acesso em: 14 mar. 2022.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília (DF), 2009. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf)

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. - 4. ed, rev., atual. e amp. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UNB - Universidade De Brasília. **Anuário Estatístico 2011**. Brasília, DF, 2011.

UNB - Universidade De Brasília. **Anuário Estatístico 2015**. Brasília, DF, 2015.

UNB - Universidade De Brasília. **Anuário Estatístico 2020**. Brasília, DF, 2020.

## Anexos

**Tabela organizativa dos Trabalhos de Conclusão de Curso sobre Diversidade Sexual e de Gênero analisados**

Ano	Título	Autor	Orientador
2003	Inserção do Transexual no Mercado de Trabalho: Uma opção à Inserção Social.	Keyse Diana de Mendonça Siqueira	Mário Ângelo Silva
2003	O Trabalho no Fio da Navalha: da Identidade Sexual à Identidade Social	Danielly de Oliveira Grance	Marcia Melo Martins Kuyumijan
2005	Homossexualidade feminina e atendimento ginecológico: o (des)conhecimento da orientação sexual	Fabíula Costa Oliveira	Débora Diniz
2007	O assistente social e a adoção por (casais) homossexuais : entre o direito e o preconceito	Ricardo Pereira Soares	Marcos Francisco de Souza
2007	Intersexualidade e o discurso médico : problemas de gênero e desafios para o serviço social	Angelica da Silva Duarte	Neuza de Farias Araújo
2008	Homofobia : a regulação dos espaços por meio da discriminação contra homossexuais	Daniel Berquó Gomes	Débora Diniz
2009	No “bate porta” : a trajetória das travestis, em situação de prostituição, em Taguatinga	Douglas Aparecido da Silva Gomes	Maria Lúcia Pinto Leal
2012	A homofobia na Universidade de Brasília : discriminação, expressões e representações entre estudantes	Thiago Meneses de Castro Mendes	Débora Diniz
2013	A heteronormatividade em dispositivos visuais : análise de campanhas governamentais de sexualidade para mulheres lésbicas	Luana Gaudad	Débora Diniz
2013	Adoção nas relações homoafetivas : um debate no âmbito da formação em serviço social	Rayanne Cristina da Silva da Fonseca	Reginaldo Guiraldelli
2014	O acesso e garantia de direitos da população transgênero à política de assistência social	Helena Godoy Brito	Ivanete Boschetti

2015	Gênero e Diversidade na Escola – GDE : análise do conteúdo da formação continuada de professoras para lidar com as questões de gênero e sexualidades no ambiente escolar	Nayara Lemos Villar	Silvia Cristina Yannoulas
2015	Estatuto da Família : a atuação da Frente Parlamentar Evangélica na contramão de direitos a homossexuais	Júlia Curvina Aquino	Valdenízia Bento Peixoto
2016	Direitos e sexualidade : o sentido das políticas sociais para cidadania LGBT	Djonatan Kaic Ribeiro de Souza	Ivanete Boschetti
2017	O protagonismo dos movimentos sociais LGBTs no Brasil : dados de suicídio e violência homofóbica	Ana Carolina Xavier Esteves	Lívia Barbosa Pereira
2017	A política de assistência social e as demandas LGBT: um debate sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI.	João Pedro Pereira de Queiroz	Camila Potyara Pereira
2018	A (in)visibilidade das políticas públicas de saúde para mulheres lésbicas	Natália de Palma Rosa Garcia	Valdenízia Bento Peixoto
2018	O reconhecimento do direito à identidade de gênero em debate : Projeto de Lei João W. Nery (5002/13)	Ana Beatriz de Araújo Soares	Marlene Teixeira Rodrigues
2019	Atenção à saúde da população LGBT no Sistema Único de Saúde	Texssandro Vargem da Silva	Andréia de Oliveira